



RELATÓRIO E CONTAS 2015

Montepio Investimento, S.A.



Sede Social Av. Berna, n.º 10, 1050-040 Lisboa, **Capital Social** € 180.000.000

Matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto com o **Número Único de Matrícula e Identificação Fiscal** 505 087 286

Two handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The first signature is a stylized, cursive 'L' or 'M'. The second signature is more complex, featuring a large 'K' or 'H' shape followed by a long horizontal stroke.

ÍNDICE

1. Nota Introdutória
 2. Órgãos Sociais
 3. Mensagem do Conselho de Administração
 4. Enquadramento Macroeconómico
 5. Atividade em 2015
 6. Análise financeira
 7. Proposta de Aplicação de Resultados
 8. Nota Final
 9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração
- Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras
- Certificação Legal e Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
- Anexos
- Participações dos Membros dos Órgãos de Administração
 - Participações Qualificadas
 - Ações Próprias



1

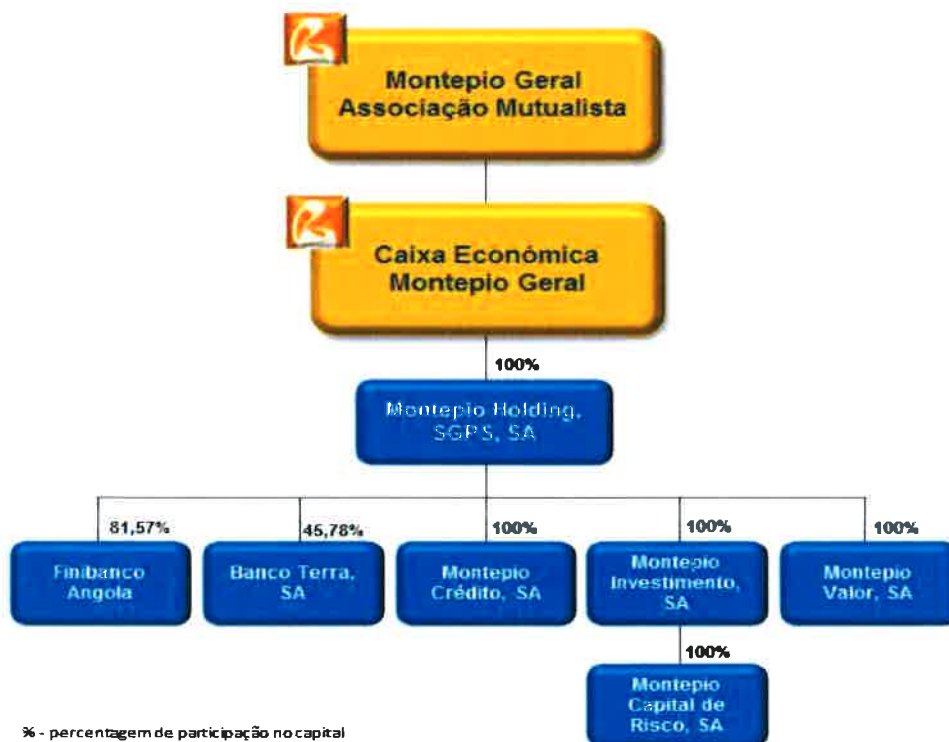
1. Nota Introdutória

O Montepio Investimento, S.A. resulta da alteração da denominação do Finibanco, S.A., ocorrida em 12 de julho de 2013, sendo integralmente detido pelo Montepio Holding, SGPS, S.A. (ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A.), entidade totalmente detida pela Caixa Económica Montepio Geral (CEMG).

O Montepio Investimento, S.A. pertence ao grupo Montepio desde dezembro de 2010, na sequência da aquisição da totalidade do capital do ex-Finibanco Holding, SGPS, S.A. pelo Montepio Geral Associação Mutualista, tendo sido alienado à CEMG em 31 de março de 2011.

Decorrente desta operação, o Montepio Investimento, S.A. (ex-Finibanco, S.A.) trespassou à CEMG os ativos e passivos de banca de retalho, ou seja, as carteiras de crédito a clientes e de depósitos de clientes, passando o seu balanço a ser constituído pelas disponibilidades, pelos ativos financeiros, pelos imóveis, essencialmente resultantes das resoluções de crédito, pelo crédito em contratos de locação financeira (*leasing*), mobiliária e imobiliária, bem como pelos passivos e provisões associados e pelos elementos do ativo imobilizado que suportam a atividade de *leasing*.

Desde 31 de março de 2011 que o Montepio Holding, SGPS, S.A. e o Montepio Investimento, S.A. encontram-se integrados no grupo CEMG.



2. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	António Joaquim de Matos Pinto Monteiro
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário	Pedro Cernache Taveira de Carvalho

Conselho de Administração

Presidente

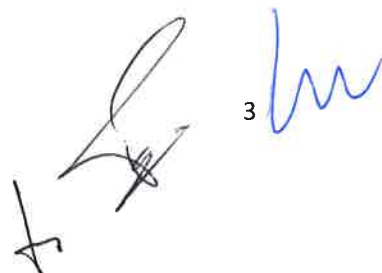
Vogais	José Carlos Sequeira Mateus
	Pedro Nuno Coelho Pires
	Luis Filipe dos Santos Costa

Conselho Fiscal

Presidente	Norberto da Cunha Félix Pilar
Vogal Efetivo	António Monteiro de Magalhães
Vogal Efetivo	Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
Vogal suplente	Pedro Miguel Dias Venâncio

Revisor Oficial de Contas (efetivo)

KPMG & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. n.º 189
representado por Hugo Jorge Gonçalves Cláudio, ROC n.º 1.597.



3

3. Mensagem do Conselho de Administração

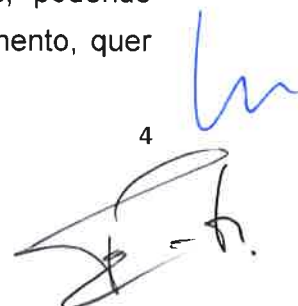
A difícil conjuntura económica internacional e nacional vivida no exercício de 2015 condicionou fortemente o desenvolvimento da atividade bancária devido, nomeadamente, à volatilidade dos mercados, a par dos crescentes requisitos regulatórios e da envolvente do setor.

O sistema financeiro, e em particular o setor bancário, têm vindo a evidenciar uma progressiva tendência de recuperação, não obstante os baixos níveis de rendibilidade, reflexo da deterioração da margem financeira, gerada pelo contexto de taxas de juro em mínimos históricos e de desalavancagem do setor privado não financeiro.

Neste quadro, o Montepio Investimento, dando continuidade ao novo ciclo iniciado em 2014, assumiu-se, em 2015, como o banco de investimento do grupo CEMG, contribuindo para a criação de valor. Enquanto subsidiária do grupo CEMG orientada para os segmentos de empresas *corporate* e institucionais, o Montepio Investimento tem garantido uma intervenção especializada, orientada para a satisfação das necessidades dos segmentos referidos, complementando, desta forma, a oferta disponibilizada pelas restantes subsidiárias do grupo CEMG.

4. Enquadramento Macroeconómico

A Economia Mundial terá crescido 3,1% em 2015, de acordo com a estimativa do FMI, traduzindo uma desaceleração face ao crescimento de 3,4% observado em 2014. Esta desaceleração refletiu, em grande medida, uma recuperação mais lenta do que era expectável das economias emergentes e em desenvolvimento, responsáveis por mais de 70% do crescimento global – a diminuir, pelo quinto ano consecutivo, enquanto as economias avançadas continuaram a recuperar de forma moderada. Para 2016, o FMI prevê uma aceleração do crescimento mundial para 3,4%. Os riscos que poderão afetar a economia global durante o presente ano continuam a incluir a desaceleração económica nas economias emergentes, a alteração do modelo de crescimento da China, os reduzidos preços das matérias-primas e a normalização gradual da política monetária nos EUA. Acresce que a volatilidade nos mercados financeiros, neste início de ano de 2016, poderá também ter impactos negativos sobre a atividade económica, quer por via das expectativas desfavoráveis dos agentes económicos, podendo consubstanciar-se em adiamento das decisões de consumo e de investimento, quer



pelo alargamento dos prémios de risco, tornando as condições financeiras mais restritivas para o setor privado.

Zona Euro

Depois de o PIB ter crescido 0,9% em 2014, regressando aos crescimentos anuais após dois anos a contrair – em grande medida como resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros –, a economia da Zona Euro, em 2015, deu continuidade ao processo de gradual recuperação, tendo crescido 1,5%. A Alemanha continuou a apresentar um dos maiores dinamismos económicos da Zona Euro, com um crescimento de 1,4%, em 2015, bem como Espanha que observou um crescimento bem superior (+3,2%), destacando-se claramente pela positiva entre os países da região.

Refletindo a gradual recuperação das diferentes economias, a taxa de desemprego da Zona Euro prosseguiu a tendência de ligeira melhoria iniciada em meados de 2013, tendo descido de 11,4%, em dezembro de 2014, para 10,4% em dezembro 2015, ficando apenas a 1,7 pontos percentuais (p.p.) dos máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre março e maio de 2013, continuando, assim, a revelar um mercado laboral ainda bastante deteriorado.

Em termos médios anuais, a taxa de inflação desceu dos 0,4% observados em 2014 para um valor nulo em 2015, permanecendo bem distante do objetivo de médio prazo do Banco Central Europeu (BCE) de uma taxa de inflação abaixo, mas próxima, dos 2,0%.

Com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE voltou a adotar, ao longo de 2015, várias medidas expansionistas, tendo decidido cortar a taxa de juro dos depósitos (de -0,20% para -0,30%) e lançar (em 9 de março) um programa alargado de compra de ativos (dívida privada e pública), através do reforço da política de *quantitative easing*. Este programa que foi inicialmente estabelecido até setembro de 2016 (e a um ritmo médio mensal de 60 mil milhões de euros), foi prolongado, em dezembro, até, pelo menos, março de 2017.

Portugal

Após três anos de recessão, a economia portuguesa encetou uma recuperação gradual em 2014 (com um crescimento do PIB de +0,9%, face a -1,1% em 2013), que foi confirmada em 2015 com uma aceleração para 1,5%.

A atividade económica em 2015 foi apenas suportada pela procura interna, refletindo essencialmente os crescimentos do consumo privado (+2,6%) e do investimento em capital fixo (FBCF) (+3,7%), com o consumo público, por sua vez, a apresentar também um crescimento (+0,8%, representando o primeiro acréscimo desde 2010). A procura externa líquida registou um contributo menos negativo em 2015, passando de -1,3 p.p. em 2014 para -1,0 p.p., refletindo a aceleração das exportações de bens e serviços. Note-se, ainda assim, que a recuperação da atividade económica tem continuado a ser sustentada pelas exportações, que terminaram o ano passado 29,3% acima dos níveis pré-programa de ajustamento (2010).

O setor da construção tem sido dos mais pressionados, tendo contudo o respetivo VAB (Valor Acrescentado Bruto) regressado ao crescimento em 2015, expandindo 3,7%, depois de, em 2014, ter contraído 1,4%, com o setor a observar o primeiro crescimento médio anual desde 2007. Do mesmo modo, os últimos dados sobre os preços das casas e as vendas de casas, referentes ao 3.º trimestre de 2015, sugerem que o mercado imobiliário se encontra igualmente em fase de recuperação. Os preços cresceram 3,4% face ao período homólogo, acelerando pelo 2.º trimestre consecutivo, ao passo que as vendas foram, no 3.º trimestre, 33,2% superiores às observadas um ano antes, acompanhando a gradual recuperação a que se vem assistindo na economia portuguesa desde o 1.º trimestre de 2013.

Ao nível do mercado laboral, a taxa de desemprego diminuiu de 13,9%, em 2014, para 12,4%, em 2015, dando continuidade à tendência de alívio que tem vindo a apresentar desde o pico máximo histórico atingido no início de 2013 (17,5%).

A inflação, medida pela variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), foi de 0,5%, aumentando face aos -0,3% observados em 2014.

Mercados Financeiros

O sentimento de mercado, tendencialmente positivo, que se observou ao longo da primeira metade de 2015 (sensivelmente até meados de julho), foi, em grande parte,

influenciado pelos desenvolvimentos ao nível da política monetária, nomeadamente o início do programa alargado de compra de ativos, através de uma política de *quantitative easing* (QE), que foi anunciada pelo BCE na histórica reunião de 22 de janeiro.

O verão de 2015 trouxe uma alteração no sentimento de mercado, que foi penalizado por diversos fatores. O principal determinante do desempenho dos mercados financeiros esteve relacionado com os receios em relação à China, de eventuais bolhas no imobiliário e no mercado de ações e de que as autoridades chinesas não consigam evitar um maior abrandamento económico do país. Os investidores também se mostraram receosos dos potenciais efeitos negativos, sobre a economia dos EUA, decorrentes do abrandamento chinês e do USD forte, bem como sobre a economia da Zona Euro.

Na reta final do ano assistiu-se a alguma melhoria do sentimento dos mercados, suportados por um conjunto de eventos: i) o PBoC voltou a reduzir as taxas de juro e reservas obrigatórias, e o rácio das reservas obrigatórias; ii) a época de resultados das empresas dos EUA, relativa ao 3.º trimestre de 2015, foi mais favorável que a do 2.º trimestre. No entanto, a condicionar este sentimento estiveram os receios relativamente à *performance* dos países em desenvolvimento produtores de *commodities*, com a queda dos preços a ter impacto nas suas economias, bem como nas suas finanças públicas e contas externas, traduzindo-se em movimentos de depreciação das suas moedas face ao USD.

Em termos de movimentos nos principais mercados financeiros, no conjunto de 2015, observaram-se comportamentos mistos nos principais índices acionistas mundiais, designadamente nos EUA, onde o principal índice atingiu máximos históricos durante o ano, mas fechou com perdas (S&P 500: -0,7%), e com o comportamento a ser tendencialmente positivo na Europa (Eurostoxx 50: +3,9%; PSI-20: +10,7%), misto na Ásia (subidas no Japão e na China, mas descidas na Índia e em Hong-Kong) e negativo na América Latina.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI), as taxas Euribor registaram mínimos históricos em todos os prazos, refletindo as descidas nas expectativas de taxas de juro *overnight*, bem como do prémio de risco no MMI europeu, tendo terminado negativas nos três e seis meses.



No mercado cambial, registou-se uma depreciação do euro (EUR) face ao USD, ao iene (JPY) e à libra (GBP), tendo a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuído 5,6%, refletindo, essencialmente, o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE.

5. Atividade em 2015

Em 2015, o Montepio Investimento continuou o desenvolvimento do novo modelo organizacional de negócio, iniciado em 2014, que assenta num modelo orientado para os segmentos de empresas *corporate* e instituições, no sentido de completar o leque de oferta do grupo CEMG para concretizar a estratégia de diversificação transversal da atividade, dos mercados e das origens de proveitos.

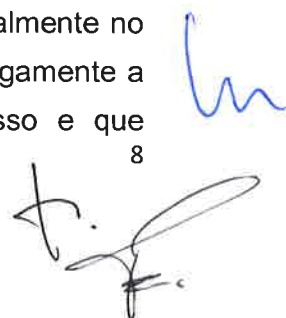
Na atividade desenvolvida em 2015, pelo Montepio Investimento, é de destacar:

- Na área de “Assessoria Financeira” destaca-se a análise de projetos de investimento, a procura de investidores de capital e avaliação de empresas para efeitos de colaterais de financiamento ou fusões & aquisições, em setores diversos como impressão digital, indústria, perfumaria, energia e engenharia.

Destaque também para a assessoria nos financiamentos à aquisição (*acquisition finance*), onde o Montepio Investimento teve um papel importante no apoio à CEMG na negociação e análise de operações, sendo de destacar a análise da operação de aquisição da Nova Efacec e respetiva montagem de financiamento, bem como a análise da operação de financiamento à aquisição do Grupo Barreiros Faria (Perfumes & Companhia) pelo Grupo Arié.

Ainda de salientar o apoio em processos de reestruturação financeira de clientes da CEMG, incluindo negociação com restantes credores.

- Na área de “Corporate Finance”, e para além da participação na montagem e estruturação de dossiers complexos de financiamento, como foi o caso da aquisição da Efacec, é de destacar pela sua importância e visibilidade pública a montagem de dois Empréstimos Obrigacionistas, por Oferta Pública de subscrição, para os emitentes “Futebol Clube do Porto SAD” (em Maio de 2015) no valor de 45 Milhões de euros, e para a “SL Benfica SAD” (em Julho de 2015) igualmente no montante de 45 Milhões de euros, nos quais a procura ultrapassou largamente a oferta disponível, sendo portanto duas operações de grande sucesso e que



contribuíram para a implantação da marca “Montepio” no segmento de Mercado de Capitais, no qual tradicionalmente não estava muito presente no passado.



6. Análise financeira

Em 31 de dezembro de 2015, o Ativo líquido do Montepio Investimento, S.A. situou-se em 288.417 mil euros, registando uma diminuição de 119.315 mil euros (-29,3%) face ao relevado na mesma data do período homólogo. A referida redução do Ativo líquido deveu-se, essencialmente, à amortização da carteira de Crédito a clientes líquida e à redução da exposição a dívida soberana relevada na carteira de Ativos disponíveis para venda.

Em 2015, assistiu-se a uma redução da rubrica de Disponibilidades em outras instituições de crédito no montante de 2.620 mil euros (-20,0%), fixando-se em 10.460 mil euros no final de 2015, sendo que, tal como em 2014, a contraparte era a Caixa Económica Montepio Geral.

A carteira de Crédito a clientes líquida atingiu 60.909 mil euros em 31 de dezembro de 2015, registando um decréscimo de 20,9% (-16.052 mil euros) face ao montante apurado no final de 2014, refletindo as amortizações das carteiras de *leasing* mobiliário e de *leasing* imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2015, a carteira de Ativos financeiros detidos para negociação, integralmente constituída por ações emitidas por residentes em território nacional, situou-se em 3.930 mil euros, evidenciando um acréscimo de 42,5% (+1.173 mil euros) face ao valor do período homólogo do ano anterior.



No final de 2015, os Ativos financeiros disponíveis para venda situaram-se em 180.050 mil euros, que comparam com 286.101 mil euros no final do exercício de 2014. Esta redução deveu-se à diminuição da exposição do Montepio Investimento, S.A. à dívida soberana, passando de 186.969 mil euros em 2014, para 52.210 mil euros em 2015, parcialmente compensada pelo aumento em títulos de rendimento variável, com particular ênfase em ações e unidades de participação.

Em 2015, verificou-se uma estabilidade da rubrica de Ativos não correntes detidos para venda, a qual incorpora Imóveis e outros ativos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes, ao situar-se em 20.200 mil euros, comparando com 19.869 mil euros em 2014.

As principais fontes de financiamento do Ativo, são os Recursos de bancos centrais, os Recursos de outras instituições de crédito e os Capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2015, a rubrica de Recursos de bancos centrais registava 15.000 mil euros de recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais, os quais encontravam-se colateralizados por títulos da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda.

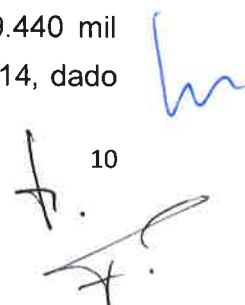
A diminuição do Ativo líquido, anteriormente referida, permitiu reduzir as tomadas junto de outras instituições de crédito, situando-se em 31 de dezembro de 2015 em 75.161 mil euros, comparando com 200.006 mil euros no período homólogo de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, os Capitais próprios do Montepio Investimento, S.A. situaram-se em 188.400 mil euros, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,3%.

A desalavancagem do balanço do Montepio investimento, S.A. impactou diretamente na diminuição da Margem financeira em 2015 face a 2014. Em 2015, a Margem financeira situou-se em 4.238 mil euros, que compara com 8.685 mil euros em 2014, materializando, essencialmente, a redução da contribuição dos juros provenientes de títulos classificados como disponíveis para venda.

Em 2015, o nível de comissionamento situou-se em 1.790 mil euros, tendo observado um acréscimo de 8,9%, face ao período homólogo de 2014, para o que contribuiu o aumento verificado nas Comissões por serviços bancários prestados.

Os Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda atingiram os 9.440 mil euros em 2015, evidenciando uma redução face ao período homólogo de 2014, dado



que foram registadas mais-valias líquidas de 26.642 mil euros em 2014. Em ambos os exercícios estes ganhos foram provenientes da carteira de dívida pública.

Os custos operacionais em 2015 foram de 2.770 mil euros, evidenciando um aumento face aos 2.444 mil euros de 2014, devido ao aumento registado na rubrica Outros gastos gerais administrativos, relativo à cedência de colaboradores da Caixa Económica Montepio Geral.

Em 2015, as dotações de provisões para a carteira de crédito atingiram 451 mil euros, comparando com 4.948 mil euros no período homólogo de 2014. No exercício de 2015, registaram-se dotações no montante de 5.707 mil euros, parcialmente compensadas por reversões de 5.256 mil euros.

O resultado líquido do exercício de 2015 foi positivo em 4.780 mil euros, que compara com o resultado líquido positivo de 23.530 mil euros apurado em 2014.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2015 o Montepio Investimento, S.A. obteve um resultado líquido de 4.780.494,72 euros, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

O montante de 478.049,50 euros para reforço da Reserva Legal;

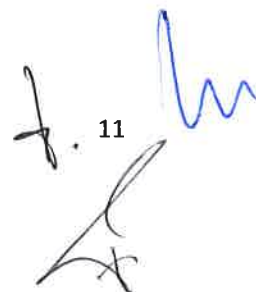
O remanescente para Resultados Transitados.

8. Nota final

A concluir o presente Relatório, queremos salientar a postura de diálogo e de cooperação, que nos cumpre agradecer, sempre evidenciada pelas diversas entidades e autoridades com que o Montepio Investimento se relaciona, particularmente pelas autoridades monetárias e financeiras.

Queremos, ainda expressar os nossos agradecimentos aos restantes Órgãos Sociais, Mesa da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, pela colaboração nunca regateada, bem como ao Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo apoio que nos disponibilizaram.

11



9. Declaração dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Montepio Investimento, S.A. declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão e as contas anuais relativas ao exercício de 2015, expõem fielmente a evolução da atividade, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados do Montepio Investimento, S.A.

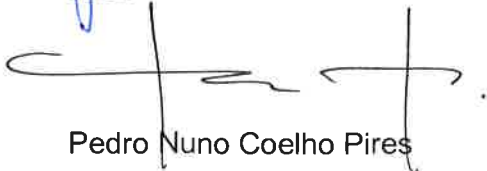
Mais declara ainda que este relatório e contas expõe fielmente a evolução da atividade, o desempenho e a posição económico-financeira do Montepio Investimento, S.A., bem como os principais riscos e incertezas com que se defronta.

Lisboa, 15 de Abril de 2016

O Conselho de Administração



José Carlos Mateus



Pedro Nuno Coelho Pires



Luís Filipe dos Santos Costa



Montepio Investimento, S.A.

**Demonstrações Financeiras
Individuais**

31 de dezembro de 2015 e 2014

*abril de 2016
Este relatório contém 72 páginas*

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 't' followed by a series of loops and a final flourish.

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração dos Resultados para os anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	3	4 593	10 604
Juros e encargos similares	3	(355)	(1 919)
Margem financeira		4 238	8 685
Rendimentos de serviços e comissões	4	1 790	1 643
Encargos com serviços e comissões	4	(4)	(19)
Resultados de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	(1 355)	(101)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	6	9 440	26 642
Resultados de alienação de outros activos	7	(606)	(950)
Outros resultados de exploração	8	441	(989)
Total de proveitos operacionais		13 944	34 911
Custos com pessoal	9	574	524
Gastos gerais administrativos	10	2 192	1 920
Depreciações e amortizações	11	4	-
Total de custos operacionais		2 770	2 444
Imparidade de crédito	12	451	4 948
Imparidade de outros activos financeiros	13	4 599	2 219
Imparidade de outros activos	14	796	522
Outras provisões	15	(422)	(447)
Resultado operacional		5 750	25 225
Impostos			
Correntes	23	940	2 978
Diferidos	23	30	(1 283)
Resultado liquido do exercicio		4 780	23 530

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Montepio Investimento, S.A.

Balanço em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	10 460	13 080
Crédito a clientes	17	60 909	76 961
Ativos financeiros detidos para negociação	18	3 930	2 757
Ativos financeiros disponíveis para venda	19	180 050	286 101
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	20	274	274
Ativos não correntes detidos para venda	21	20 200	19 869
Outros ativos tangíveis	22	10	17
Ativos por impostos correntes		1 555	-
Ativos por impostos diferidos	23	6 517	4 348
Outros ativos	24	4 512	4 325
Total do Ativo		288 417	407 732
Passivo			
Recursos de bancos centrais	25	15 000	-
Recursos de outras instituições de crédito	26	75 161	200 006
Responsabilidades representadas por títulos	27	-	7 208
Provisões	28	572	994
Passivos por impostos correntes		-	865
Outros passivos	29	9 284	9 781
Total do Passivo		100 017	218 854
Capitais Próprios			
Capital	30	180 000	180 000
Reservas de reavaliação	32	(865)	4 393
Outras reservas e resultados transitados	31 e 32	4 485	(19 045)
Resultado líquido do exercício		4 780	23 530
Total dos Capitais Próprios		188 400	188 878
		288 417	407 732

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração




Montepio Investimento, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	2015	2014
<i>Fluxos de caixa de atividades operacionais</i>		
Juros recebidos	4 613	10 604
Comissões recebidas	1 790	1 643
Pagamento de juros	(409)	(1 919)
Pagamento de comissões	(4)	(19)
Despesas com pessoal e fornecedores	(2 191)	(4 425)
Outros pagamentos e recebimentos	(876)	3 191
Impostos sobre o rendimento	(3 360)	(9 379)
	<u>(437)</u>	<u>(304)</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de ativos operacionais</i>		
Créditos sobre instituições de crédito e clientes	15 583	14 858
Outros ativos	(1 126)	(2 641)
	<u>14 457</u>	<u>12 217</u>
<i>(Aumentos) / diminuições de passivos operacionais</i>		
Recursos para com instituições de crédito	(125 000)	199 596
Recursos de bancos centrais	15 000	-
	<u>(110 000)</u>	<u>199 596</u>
	<u>(95 980)</u>	<u>211 509</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>		
(Compra) / venda de ativos financeiros de negociação	(2 529)	(2 757)
(Compra) / venda de ativos financeiros avaliados a justo valor através de resultados	-	(101)
(Compra) / venda de ativos financeiros disponíveis para venda	103 434	(160 268)
(Compra) / venda de ativos investimentos em associadas	-	(274)
Aquisição de imobilizações	(14)	(17)
	<u>100 891</u>	<u>(163 417)</u>
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>		
Emissão de obrigações de caixa e títulos subordinados	-	70 000
Reembolso de obrigações de caixa e títulos subordinados	(7 000)	(113 000)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo	(531)	1 579
	<u>(7 531)</u>	<u>(41 421)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	(2 620)	6 671
Caixa e equivalentes no início do período		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13 080	6 409
Caixa e equivalentes no fim do exercício (Nota 16)	<u>10 460</u>	<u>13 080</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios
para os anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de reavaliação legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	157.040	180.000	8.614	(3.916)	1	24.599	(47.301)	(4.957)
Alterações de justo valor (nota 32)	11.784	-	-	11.784	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 23)	(3.476)	-	-	(3.476)	-	-	-	-
Resultado do exercício	23.530	-	-	-	-	-	-	23.530
Total do rendimento integral do exercício	31.838	-	-	8.308	-	-	-	23.530
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	(4.957)	4.957
Saldos em 31 de dezembro de 2014	188.878	180.000	8.614	4.392	1	24.599	(52.258)	23.530
Alterações de justo valor (nota 32)	(7.457)	-	-	(7.457)	-	-	-	-
Impostos diferidos relativos a variações patrimoniais registadas por contrapartida de reservas (nota 23)	2.199	-	-	2.199	-	-	-	-
Resultado do exercício	4.780	-	-	-	-	-	-	4.780
Total do rendimento integral do exercício	(478)	-	-	(5.258)	-	-	-	4.780
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	23.530	(23.530)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	188.400	180.000	8.614	(866)	1	24.599	(28.728)	4.780

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

Montepio Investimento, S.A.

Demonstração Individual do Rendimento Integral para os anos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(valores expressos em milhares de Euros)

	Nota	2015	2014
Items que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Reserva de justo valor			
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	32	(7 457)	11 784
Impostos diferidos	23 e 32	2 199	(3 476)
Outro rendimento integral do exercício depois de impostos		(5 258)	8 308
Resultado líquido do exercício		4 780	23 530
Total de rendimento integral do exercício		(478)	31 838

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras



Montepio Investimento, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Individuais 31 de dezembro de 2015

1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Investimento, S.A. (adiante designado “Montepio Investimento” e anteriormente denominado Finibanco, S.A.) é uma sociedade anónima de capitais privados, com sede social na Av. Berna, nº 10, em Lisboa, constituída por escritura pública outorgada em 28 de junho de 2001 no Cartório Notarial de Vale de Cambra, atualmente com o capital social de Euros 180.000.000 representada por 180.000.000 ações nominativas, tituladas, e cujo objeto social é a realização de todas as operações permitidas aos bancos.

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, acionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital do Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominado Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A.) acionista único do Montepio Investimento, através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida no Montepio Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. No âmbito da alteração da estrutura do Grupo decorrente desta aquisição, em 4 de abril de 2011, o Montepio Investimento alienou à CEMG um conjunto de ativos e passivos (excluindo os imóveis propriedade do Montepio Investimento e adquiridos por este em resultado de aquisições em reembolso de crédito próprio e os contratos de locação financeira (mobiliária e imobiliária) em que o Montepio Investimento é locador financeiro, bem como todos os passivos e provisões associadas, e os elementos do ativo imobilizado que suportam materialmente a atividade de locação financeira). Em 12 de julho de 2013, o Finibanco, S.A. alterou a sua designação para Montepio Investimento, S.A..

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras do Montepio Investimento são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') em vigor e adotadas pela União Europeia, com exceção das matérias definidas nos n.º 2º e 3º do Aviso n.º 1/2005 e n.º 2 do Aviso n.º 4/2005 do Banco de Portugal ('NCA's'). As NCA's incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ('IFRIC') e pelos respetivos órgãos antecessores com exceção dos aspectos já referidos definidos nos Avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal: i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o atual regime, ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Investimento em 15 de abril de 2016. As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros arredondados ao milhar mais próximo.

Todas as referências deste documento a quaisquer normativos reportam sempre à respetiva versão vigente.

As demonstrações financeiras do Montepio Investimento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas em conformidade com as NCA's emitidas pelo Banco de Portugal e em vigor nessa data.

O Montepio Investimento adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 36.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício anterior, tendo sido introduzida a alteração decorrente nomeadamente da adoção da norma: IFRIC 21 – Taxas, a qual foi emitida em 20 de maio de 2013, e tem data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adaptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 17 de junho de 2014).

Esta nova interpretação define taxas (Levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela obrigação pelo pagamento da taxa quando – e apenas quando – o evento específico que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA's requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota 1 o).

b) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Montepio Investimento para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efetuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes ativos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Montepio Investimento aos respetivos fluxos de caixa expiram; ou (ii) o Montepio Investimento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante o Montepio Investimento ter retido parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e é subseqüentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Provisões para crédito

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas individuais as NCA's pelo que, de acordo com o definido nos n.º 2 e 3 do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pelo Montepio Investimento nos exercícios anteriores, como segue:

Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objeto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efetuada periodicamente pelo Montepio Investimento tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a atual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95 de 30 de junho, n.º 7/00 de 27 de outubro e n.º 8/03 de 30 de janeiro.

Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho, Aviso n.º 2/99 de 15 de janeiro e Aviso n.º 8/03 de 30 de janeiro, do Banco de Portugal.

Provisão para risco país

A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/95 de 30 de junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as diretrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de junho, do Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal, incluindo as alterações, de outubro de 1998, ao disposto no número 2.4 da referida Instrução.

Anulação contabilística de créditos (write-offs)

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efetuada quando não existem perspetivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspetiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, e desde que de acordo com o Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal a classe de mora associada ao incumprimento determine uma provisão de 100%, pela utilização de perdas de imparidade.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Montepio Investimento se compromete a adquirir o ativo e são classificados considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as categorias descritas seguidamente.

1) Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Ativos financeiros detidos para negociação

Os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a ações destas carteiras são registados em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica ativos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

2) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda detidos com o objetivo de serem mantidos pelo Montepio Investimento, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou ações, são classificados como disponíveis para venda, exceto se forem classificados numa outra categoria de ativos financeiros. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações e são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os instrumentos financeiros para os quais não pode ser fiavelmente mensurado ou estimado o justo valor são registados ao custo de aquisição. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efetiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transação associados fazem parte da taxa de juro efetiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista

evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como ativos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A recuperação das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como ativos financeiros disponíveis para venda é registada como mais-valia em reservas de justo valor quando ocorre (não existindo reversão por contrapartida de resultados).

d) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Montepio Investimento. O Montepio Investimento controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas por imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

e) Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e operações descontinuadas são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Montepio Investimento também classifica como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As operações descontinuadas e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Montepio Investimento classifica igualmente em ativos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efetuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efetuadas pelo Montepio Investimento.

A mensuração subsequente destes ativos é efetuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

f) Locação financeira

Na ótica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados ao exercício durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício.

Na ótica do locador os ativos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital. O reconhecimento do resultado financeiro reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

g) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva. Os juros à taxa efetiva de ativos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efetiva, o Montepio Investimento procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui

as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação, exceto para ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspetos:

- os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

h) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efetuado no exercício a que respeitam; ou
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efetuado quando o referido serviço está concluído; ou
- quando são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

i) Resultados de operações financeiras (Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados)

O Resultado de operações financeiras reflete as mais ou menos-valias das alienações de ativos financeiros disponíveis para venda, e os ganhos e perdas de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

j) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Montepio Investimento. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

Número de anos

Imóveis de serviço próprio

50

Beneficiações em edifícios arrendados	10
Outras Imobilizações	4 a 10

Sempre que exista uma indicação de que um ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse ativo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

k) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a partir da data da contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

l) Impostos sobre lucros

O Montepio Investimento está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("CIRC"). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Montepio Investimento procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os ativos e passivos

por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e ativos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que os passivos ou ativos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

m) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitas a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Montepio Investimento que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. Desta forma, tendo em conta a atividade do Montepio Investimento, não se considera relevante apresentar o reporte por segmentos de negócio.

Substancialmente a atividade do Montepio Investimento desenvolve-se em Portugal pelo que não se considera relevante apresentar o reporte por segmento geográfico.

n) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Montepio Investimento tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

o) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Montepio Investimento são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Montepio Investimento e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Montepio Investimento poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as

demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Montepio Investimento e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Montepio Investimento determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, o Montepio Investimento avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos financeiros. De acordo com as políticas do Montepio Investimento, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de um ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

No que se refere a instrumentos de dívida é considerado, que existe imparidade sempre que se verifique evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desses ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Montepio Investimento efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

O Montepio Investimento avalia o valor recuperável, quando existem sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num exercício posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os

riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Montepio Investimento.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Autoridade Tributária e Aduaneira tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Montepio Investimento durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Provisões

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

2 Margem financeira e resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 5 e 6. Uma atividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes atividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e em ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Margem financeira	4 238	8 685
Resultados de ativos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(1 355)	(101)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9 440	26 642
	<u>12 323</u>	<u>35 226</u>

3 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Juros e rendimentos similares		
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	1 874	6 951
Juros de crédito a clientes	2 716	3 631
Juros de outras aplicações	3	10
Juros de depósitos	-	12
	<u>4 593</u>	<u>10 604</u>
Juros e encargos similares		
Juros de títulos emitidos	118	1 537
Juros de empréstimos	228	382
Outros juros e encargos similares	9	-
	<u>355</u>	<u>1 919</u>
Margem Financeira	<u>4 238</u>	<u>8 685</u>

4 Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	1 790	1 642
Outros rendimentos de serviços e comissões	-	1
	<u>1 790</u>	<u>1 643</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por conta de terceiros	2	11
Por operações realizadas com títulos	1	-
Outros encargos de serviços e comissões	1	8
	<u>4</u>	<u>19</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>1 786</u>	<u>1 624</u>

5 Resultados de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)					
	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
de emissores públicos	-	-	-	5	-	5
de outros emissores	1	-	1	-	-	-
Ações	1	(1 357)	(1 356)	116	(222)	(106)
	<u>2</u>	<u>(1 357)</u>	<u>(1 355)</u>	<u>121</u>	<u>(222)</u>	<u>(101)</u>

6 Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)					
	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	8 951	-	8 951	24 890	70	24 820
De outros emissores	706	218	488	1 986	110	1 876
Títulos de rendimento variável						
Ações	1	-	1	1	55	(54)
	<u>9 658</u>	<u>218</u>	<u>9 440</u>	<u>26 877</u>	<u>235</u>	<u>26 642</u>

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Obrigações e outros títulos de rendimento fixo – De emissores públicos regista o resultado resultante da alienação de obrigações do tesouro da dívida pública portuguesa.

7 Resultados de alienação de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)					
	2015			2014		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Activos não financeiros						
Ativos não correntes						
detidos para venda	3	1	2	-	235	(235)
Ativos em locação financeira	486	1 094	(608)	373	1 088	(715)
	489	1 095	(606)	373	1 323	(950)

8 Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Euros)		
	2015	2014
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços	151	289
Reembolso de despesas	534	567
Outros	866	351
	1 551	1 207
Outros custos de exploração		
Impostos	620	2 070
Contribuição setor bancário	248	25
Fundo de Garantia de Depósitos	4	18
Contribuição para o Fundo de Resolução	53	6
Contribuição ex-ante para o Fundo Único de Resolução	2	-
Outros	183	77
	1 110	2 196
Outros resultados líquidos de exploração	441	(989)

A Contribuição sobre o sector bancário é estimada de acordo com o disposto na Lei n.º 55-A/2010. A determinação do montante a pagar incide sobre: (i) o passivo médio anual apurado em balanço deduzido dos fundos próprios de base (*Tier 1*) e dos fundos próprios complementares (*Tier 2*) e os depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos; e (ii) o valor nominal dos instrumentos financeiros derivados.

A 31 de dezembro de 2015, o Montepio Investimento reconheceu como custo referente à contribuição ao sistema de indemnização ao investidor o valor de 2 milhares de Euros, incluído na rubrica Outros custos de exploração – Outros.

Adicionalmente, a 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros custos de exploração – Impostos inclui o montante de 17 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 26 milhares de Euros) relativo ao pagamento do Imposto Único de Circulação (“IUC”) e o montante de 582 milhares de Euros (31 de dezembro de 2014: 588 milhares de Euros) referente a Imposto Municipal sobre Imóveis (“IMI”).

9 Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Remunerações	459	423
Encargos sociais obrigatórios	115	101
	574	524

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) do Montepio Investimento, durante o exercício de 2015 e de 2014, são apresentados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	411	368
Outros custos	96	2
	507	370

Em 31 de Dezembro de 2015 foram atribuídas aos Órgãos do Conselho Fiscal a título de remuneração o montante de 59 milhares de Euros (2014: 59 milhares de Euros).

O efetivo médio de trabalhadores ao serviço do Montepio Investimento durante os exercícios de 2015 e 2014, é apresentado como se segue:

	2015	2014
Técnicos	1	1

10 Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Rendas e alugueres	243	149
Serviços especializados		
Trabalho independente	185	138
Informática	8	-
Outros serviços especializados	359	597
Conservação e reparação	7	13
Comunicações e expedição	6	2
Seguros	20	19
Deslocações, estadias e despesas de representação	20	12
Água, energia e combustíveis	12	3
Publicidade e publicações	48	42
Outros gastos administrativos	1 284	945
	<u>2 192</u>	<u>1 920</u>

A rubrica Outros Gastos Administrativos inclui o montante de 1.167 milhares de euros (2014: 892 milhares de euros) relativos a cedência de pessoal da Caixa Económica Montepio Geral.

A rubrica Outros serviços especializados inclui em 2015 os honorários faturados (excluindo IVA) pelo Revisor Oficial de Contas de Contas do Montepio Investimento no âmbito das suas funções de revisão legal de contas, no montante de 20 milhares de euros.

11 Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Outros activos tangíveis		
Equipamento		
Equipamento de transporte	4	-
	<u>4</u>	<u>-</u>
	<u>4</u>	<u>-</u>

12 Imparidade de crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Crédito a clientes		
Dotação do exercício	5 707	7 227
Reversão do exercício	(5 256)	(2 279)
	<u>451</u>	<u>4 948</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 a), o Montepio Investimento aplica nas suas contas as NCA's, pelo que a rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas à data do fim do exercício, determinada de acordo com o regime de provisionamento definido pelas regras do Banco de Portugal, conforme a política contabilística descrita na nota 1 b).

13 Imparidade de outros ativos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Imparidade de outros ativos financeiros		
Dotação do exercício	<u>4 599</u>	<u>2 219</u>

A dotação do exercício de imparidade para outros ativos financeiros diz respeito à imparidade constituída para fundos de investimento imobiliário, no valor de 2.969 milhares de euros e para fundos de capital de risco, no valor de 1.630 milhares de euros (2014. 2.219 milhares de euros).

14 Imparidade de outros ativos

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda		
Dotação do exercício	1 754	1 645
Reversão do exercício	(958)	(1 123)
	<u>796</u>	<u>522</u>

15 Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Provisões para riscos gerais de crédito		
Dotação do exercício	6	-
Reversão do exercício	(142)	(173)
	<u>(136)</u>	<u>(173)</u>
Provisões para outros riscos e encargos		
Reversão do exercício	(286)	(274)
	<u>(286)</u>	<u>(274)</u>
	<u>(422)</u>	<u>(447)</u>

16 Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Em instituições de crédito no país		
Caixa Económica Montepio Geral	<u>10 460</u>	<u>13 080</u>

17 Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Crédito interno		
A empresas		
Locação financeira	51 883	62 669
A particulares		
Locação financeira	10 718	14 691
	<u>62 601</u>	<u>77 360</u>
Crédito e juros vencidos		
Menos de 90 dias	1 295	1 457
Mais de 90 dias	17 306	18 119
	<u>18 601</u>	<u>19 576</u>
	<u>81 202</u>	<u>96 936</u>
Imparidade para riscos de crédito	(20 293)	(19 975)
	<u>60 909</u>	<u>76 961</u>

De acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b), o Montepio Investimento passou a abater ao ativo apenas os créditos vencidos provisionados a 100% que, após uma análise económica sejam considerados incobráveis por se concluir que não existem perspetivas da sua recuperação.

O justo valor da carteira de crédito a clientes encontra-se apresentado na nota 33.

A rubrica Crédito a clientes corresponde na sua maioria a contratos de crédito a taxa variável.

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é apresentada conforme segue:

	(milhares de Euros)				
	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Crédito em locação	4 963	12 258	45 380	18 601	81 202
	<u>4 963</u>	<u>12 258</u>	<u>45 380</u>	<u>18 601</u>	<u>81 202</u>

A análise da rubrica Crédito a clientes, por prazos de maturidade do contrato e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, é apresentada conforme segue:

(milhares de Euros)

	Crédito a clientes				
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de	Total	
			5 anos		Indeterminado
Crédito em locação	-	4 217	73 143	19 576	96 936
	-	4 217	73 143	19 576	96 936

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2015, em termos de prazos residuais por prestação é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	8 855	27 477	26 290	62 622
Juros vincendos	(2 172)	(6 100)	(6 904)	(15 176)
Valores residuais	568	3 101	11 486	15 155
	7 251	24 478	30 872	62 601

O crédito vincendo em locação, em 31 de dezembro de 2014, em termos de prazos residuais é apresentado como segue:

(milhares de Euros)

	Crédito em locação			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	A mais de 5 anos	Total
Rendas vincendas	11 640	35 494	32 203	79 337
Juros vincendos	(2 866)	(8 024)	(8 018)	(18 908)
Valores residuais	370	2 552	14 009	16 931
	9 144	30 022	38 194	77 360

Em relação à locação financeira, o Montepio Investimento não apresenta contratos relevantes como locador.

A análise do Crédito e juros vencidos, por tipo de crédito, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Empresas		
Crédito em locação	15 084	16 096
Particulares		
Crédito em locação	3 517	3 480
	<u>18 601</u>	<u>19 576</u>

A análise do Crédito e juros vencidos, de acordo com o tipo de cliente, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Empresas		
Leasing imobiliário	8 730	8 989
Leasing automóvel	1 718	1 818
Leasing outros equipamentos	4 636	5 289
Particulares		
Leasing imobiliário	3 206	3 167
Leasing automóvel	168	170
Leasing outros equipamentos	143	143
	<u>18 601</u>	<u>19 576</u>

Os movimentos de imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	19 975	15 178
Dotação do exercício	5 707	7 227
Reversão do exercício	(5 256)	(2 279)
Utilização de imparidade	(133)	(151)
Saldo em 31 de dezembro	<u>20 293</u>	<u>19 975</u>

O Montepio Investimento apresenta em 31 de dezembro de 2015 o montante de 546 milhares de Euros de provisões para riscos gerais de crédito (2014: 682 milhares de Euros), as quais de acordo com as NCA's são apresentadas no passivo, conforme referido na nota 28.

Em conformidade com a política do Montepio Investimento, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de dezembro de 2015:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	1 295	212	1 424	4 361	11 309	18 601
Imparidade existente	1	21	356	4 060	11 814	16 252
Total de crédito vencido	1 295	212	1 424	4 361	11 309	18 601
Total de imparidade para crédito vencido	1	21	356	4 060	11 814	16 252
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	-	-	1	3 742	298	4 041
Total de imparidades para risco de crédito	1	21	357	7 802	12 112	20 293

O quadro seguinte apresenta por classes de incumprimento, a desagregação da análise de crédito e juros vencidos e a imparidade para riscos de crédito existente em 31 de dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

	Classes de incumprimento					Total
	Até 3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	Mais de 3 anos	
Crédito vencido com garantia	1 457	180	1 000	7 194	9 745	19 576
Imparidade existente	1	18	250	6 335	9 639	16 243
Total de crédito vencido	1 457	180	1 000	7 194	9 745	19 576
Total de imparidade para crédito vencido	1	18	250	6 335	9 639	16 243
Total de imparidade por crédito vincendo associado ao vencido e outros	-	-	10	2 843	879	3 732
Total de imparidades para risco de crédito	1	18	260	9 178	10 518	19 975

A imparidade para riscos de crédito, por tipo de crédito, é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2015	2014
Crédito com garantias reais	20 293	19 975

A anulação de crédito por utilização da respetiva imparidade, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(milhares de Euros)

	2015	2014
Crédito com garantias reais	133	151

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o detalhe da imparidade determinada de acordo com a nota 1 b), é apresentado como segue:

</

Adicionalmente a carteira inclui créditos, que face a dificuldades financeiras do cliente, foram objeto de alteração das condições iniciais do contrato no montante de 11.401 milhares de Euros (2014: 11.615 milhares de Euros), os quais apresentam uma imparidade de 1.321 milhares de Euros (2014: 838 milhares de Euros).

A CEMG tem vindo a adotar medidas e práticas de *forbearance*, alinhadas ao contexto de risco, no sentido de ajustar o rendimento disponível ou a capacidade financeira dos clientes ao seu serviço da dívida. Nesta base, foram adotadas as recomendações entretanto legisladas no âmbito dos regimes de incumprimento (Decreto-Lei n.º 227/2012) e nas empresas (SIREVE, PER) e que estão amplamente divulgadas no site institucional, nas comunicações e normativos internos, para divulgação e implementação junto dos clientes que apresentem indícios de dificuldades financeiras.

No que diz respeito em concreto às medidas de *forbearance*, foram essencialmente adotadas as que constam da Instrução n.º 32/2013, do Banco de Portugal, designadamente alterações contratuais (carência de capital alargamento do prazo, diferimento de capital, etc.) e consolidação de dívidas noutra contrato com condições ajustadas à situação atual do cliente.

As reestruturações que foram efetuadas no exercício de 2015 e 2014, revelaram-se positivas na medida em que permitiram mitigar o efeito da crise económica e financeira e, face a uma conjuntura em que se observam alguns indícios de recuperação económica, adequando o serviço da dívida ao rendimento disponível dos clientes.

Os créditos reestruturados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizada à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

18 Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)	
		2015	2014
Ativos financeiros detidos para negociação			
Títulos			
Ações		3 930	2 757

A carteira de negociação é valorizada ao justo valor, de acordo com a nota 1 c). Conforme a referida política contabilística, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Esta rubrica regista as unidades de participação no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral detidas pelo Montepio Investimento.

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 33.

Assim, de acordo com a hierarquização das fontes de valorização, estes instrumentos estarão categorizados no nível 1.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2015 é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)				
		2015				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Nacionais		-	-	-	3 930	3 930
		-	-	-	3 930	3 930

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2014 é apresentada como segue:

		(milhares de Euros)				
		2014				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Nacionais		-	-	-	2 757	2 757
		-	-	-	2 757	2 757

19 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

2015					
	Reserva de justo valor			Perdas por imparidade	Valor de balanço
	Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa		
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	10 637	226	(1)	-	10 862
Estrangeiros	1 170	26	-	-	1 196
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	27 694	782	(8)	-	28 468
Estrangeiros	11 636	88	(40)	-	11 684
	<u>51 137</u>	<u>1 122</u>	<u>(49)</u>	<u>-</u>	<u>52 210</u>
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Nacionais	20 352	-	(3 596)	-	16 756
Unidades de participação					
Nacionais	102 377	155	-	(4 599)	97 933
Estrangeiros	12 011	1 140	-	-	13 151
	<u>134 740</u>	<u>1 295</u>	<u>(3 596)</u>	<u>(4 599)</u>	<u>127 840</u>
	<u>185 877</u>	<u>2 417</u>	<u>(3 645)</u>	<u>(4 599)</u>	<u>180 050</u>

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a ações e custo amortizado para títulos de dívida.

(milhares de Euros)

		2014			
		Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
Custos ⁽¹⁾	Positiva	Negativa			
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	154 305	7 665	-	-	161 970
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	24 590	409	-	-	24 999
	178 895	8 074	-	-	186 969
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Nacionais	176	3	-	-	179
Unidades de participação					
Nacionais	88 957	-	(2 162)	-	86 795
Estrangeiros	11 844	314	-	-	12 158
	100 977	317	(2 162)	-	99 132
	279 872	8 391	(2 162)	-	286 101

A rubrica Títulos de rendimento variável – Ações regista unidades de participação no fundo de participação da Caixa Económica Montepio Geral no montante de 16.756 milhares de euros (2014: 179 milhares de euros).

Conforme descrito na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado, sendo o respetivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor conforme nota 33. O Montepio Investimento avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, seguindo os critérios de julgamento descritos na nota 1 o).

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os níveis de valorização descritos na nota 33.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de imparidade, por níveis de valorização, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014 é apresentado como segue:

(milhares de Euros)				
2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	10 862	-	-	10 862
Estrangeiros	1 196	-	-	1 196
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	28 468	-	28 468
Estrangeiros	6 677	5 007	-	11 684
	18 735	33 475	-	52 210
Títulos de rendimento variável				
Ações				
Nacionais	16 756	-	-	16 756
Unidades de participação				
Nacionais	-	-	97 933	97 933
Estrangeiras	-	-	13 151	13 151
	16 756	-	111 084	127 840
	35 491	33 475	111 084	180 050
(milhares de Euros)				
2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos				
Nacionais	161 970	-	-	161 970
Obrigações de outros emissores				
Nacionais	-	24 999	-	24 999
Estrangeiros	-	-	-	-
	161 970	24 999	-	186 969
Títulos de rendimento variável				
Ações				
Nacionais	179	-	-	179
Unidades de participação				
Nacionais	-	-	86 795	86 795
Estrangeiras	-	-	12 158	12 158
	179	-	98 953	99 132
	162 149	24 999	98 953	286 101

Os ativos contemplados no nível 3, no montante de 111.084 milhares de euros (2014: 98.953 milhares de euros), correspondem a unidades de participação em fundos de investimento fechados cujo valor resultou da divulgação do Valor Líquido Global do Fundo (VLGF) determinado pela entidade gestora, conforme contas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, por metodologias internas utilizadas pela entidade gestora. Não sendo praticável apresentar uma análise de sensibilidade às diferentes componentes dos respetivos pressupostos utilizados pelas entidades, na apresentação do VLGF dos fundos, ainda assim refira-se que uma variação +/- 10% do VLGF tem um impacto de 11.108 milhares de euros (2014: 9.895 milhares de euros) nos Capitais Próprios.

Os instrumentos classificados no nível 3 têm associados ganhos e perdas não realizados no montante de 1.295 milhares de euros (2014: 317 milhares de euros) registados em reservas de justo valor.

O montante de imparidade registado nestes títulos ascende a 4.595 milhares de euros (2014: 0 milhares de euros).

Não foram efetuadas transferências de e para este nível.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	-	2 173
Dotação do exercício	4 599	2 219
Utilização	-	(4 392)
Saldo em 31 de dezembro	<u>4 599</u>	<u>-</u>

Conforme descrito na política contabilística descrita na nota 1 c), a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é apresentada líquida do total da reserva de justo valor e de imparidade. O total de reserva de justo valor para a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda é negativa e ascende a 1.227 milhares de Euros (2014: positiva 6.229 milhares de Euros).

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	-	10 862	-	10 862
Estrangeiros	-	-	1 196	-	1 196
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	28 468	-	28 468
Estrangeiros	-	-	11 684	-	11 684
	-	-	52 210	-	52 210
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Nacionais	-	-	-	16 756	16 756
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	97 933	97 933
Estrangeiras	-	-	-	13 151	13 151
	-	-	-	127 840	127 840
	-	-	52 210	127 840	180 050

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

(milhares de Euros)

	Inferior a três meses	Entre 3 meses e 1 ano	Superior a 1 ano	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos					
Nacionais	-	-	161 970	-	161 970
Obrigações de outros emissores					
Nacionais	-	-	24 999	-	24 999
	-	-	186 969	-	186 969
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Nacionais	-	-	-	179	179
Unidades de participação					
Nacionais	-	-	-	86 795	86 795
Estrangeiras	-	-	-	12 158	12 158
	-	-	-	99 132	99 132
	-	-	186 969	99 132	286 101

Os títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu, no âmbito das operações da cedência de liquidez, registados em Ativos financeiros disponíveis para venda ascendem a 18.744 milhares de euros, conforme nota 25.

20 Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)	
2015	2014
Participações financeiras em filiais	
Montepio - Capital de Risco, S.C.R., S.A.	250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	24
274	274

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de Euros)				
	Número de ações	Participação direta no capital	Valor unitário Euros	Custo da participação
31 de dezembro de 2015				
Montepio - Capital de Risco, S.C.R., S.A.	1 000	100,00%	250,00	250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, A.C.E	2 449 707	1,00%	1,00	24
				274

Em 8 de outubro de 2014, foi constituído o Montepio – Capital de Risco, S.C.R., S.A. Esta sociedade de capital de risco apresenta um capital social de 250 milhares de Euros e é detida integralmente pelo Montepio Investimento.

Em 9 de maio de 2014, foi constituído o Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE. Neste âmbito, o Montepio Investimento participa neste ACE, com uma percentagem de 1%.

Os dados relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

	(milhares de Euros)					
	Ativo	Passivo	Capitais Próprios	Proveitos	Resultado líquido	Custo da participação
31 de dezembro de 2015						
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	421	69	352	424	153	250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	3 762	1 312	2 450	4 489	-	24
31 de dezembro de 2014						
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	238	39	199	-	(51)	250
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	3 817	1 368	2 450	2 086	-	24

	(milhares de Euros)					
	Percentagem detida		Valor de balanço		Resultados de associadas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	%	%				
Montepio Capital de Risco, S.C.R., S.A.	100%	100%	250	250	-	-
Montepio - Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	1,00%	1,00%	24	24	-	-

21 Ativos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Imóveis resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	24 310	22 966
Equipamento	488	705
	24 798	23 671
Imparidade para ativos não correntes detidos para venda	(4 598)	(3 802)
	20 200	19 869

Os ativos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 e).

A rubrica Imóveis e outros ativos resultantes de resolução de contratos de crédito sobre clientes resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respetiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Montepio Investimento; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora.

O Montepio Investimento tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. De acordo com a expectativa do Montepio Investimento, pretende-se que os referidos ativos estejam disponíveis para venda num prazo inferior a 1 ano, existindo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às atuais condições de mercado, não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados Contratos promessa de compra e venda no montante de 1.159 milhares de Euros (2014: 1.555 milhares de Euros).

Os movimentos dos ativos não correntes detidos para venda no exercício de 2015, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	23 671	20 992
Aquisições	4 886	5 895
Alienações	(3 759)	(3 216)
Saldo em 31 de dezembro	<u>24 798</u>	<u>23 671</u>

Os movimentos da imparidade para ativos não correntes detidos para venda são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	3 802	3 280
Dotações	1 754	1 645
Reversões	(958)	(1 123)
Saldo em 31 de dezembro	<u>4 598</u>	<u>3 802</u>

22 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2015	2014
Investimento		
Equipamento		
Mobiliário e material	75	75
Máquinas e ferramentas	25	23
Equipamento informático	264	264
Instalações interiores	155	155
Equipamento de transporte	12	-
Equipamento de segurança	1	1
Ativos em locação financeira	38	38
Outras imobilizações corpóreas	213	213
Imobilizações em curso	-	17
	<u>783</u>	<u>786</u>
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(4)	-
Relativas a exercícios anteriores	(769)	(769)
	<u>(773)</u>	<u>(769)</u>
	<u>10</u>	<u>17</u>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2015, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
Investimento					
Equipamento					
Mobiliário e material	75	-	-	-	75
Máquinas e ferramentas	23	2	-	-	25
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Material de transporte	-	12	-	-	12
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Ativos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	213	-	-	-	213
Imobilizações em curso	17	-	-	(17)	-
	<u>786</u>	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(17)</u>	<u>783</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(75)	-	-	-	(75)
Máquinas e ferramentas	(23)	-	-	-	(23)
Equipamento informático	(264)	-	-	-	(264)
Instalações interiores	(155)	-	-	-	(155)
Material de transporte	-	(4)	-	-	(4)
Equipamento de segurança	(1)	-	-	-	(1)
Ativos em locação financeira	(38)	-	-	-	(38)
Outras imobilizações corpóreas	(213)	-	-	-	(213)
	<u>(769)</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(773)</u>
	<u>17</u>				<u>10</u>

Os movimentos da rubrica Outros ativos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

	(milhares de Euros)				
	Saldo em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
Investimento					
Equipamento					
Mobiliário e material	75	-	-	-	75
Máquinas e ferramentas	23	-	-	-	23
Equipamento informático	264	-	-	-	264
Instalações interiores	155	-	-	-	155
Equipamento de segurança	1	-	-	-	1
Ativos em locação financeira	38	-	-	-	38
Outras imobilizações corpóreas	213	-	-	-	213
Imobilizações em curso	-	17	-	-	17
	<u>769</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>786</u>
Amortizações acumuladas					
Equipamento					
Mobiliário e material	(75)	-	-	-	(75)
Máquinas e ferramentas	(23)	-	-	-	(23)
Equipamento informático	(264)	-	-	-	(264)
Instalações interiores	(155)	-	-	-	(155)
Equipamento de segurança	(1)	-	-	-	(1)
Ativos em locação financeira	(38)	-	-	-	(38)
Outras imobilizações corpóreas	(213)	-	-	-	(213)
	<u>(769)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(769)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17</u>

23 Impostos

As diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC, sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro, são elegíveis para o reconhecimento de impostos diferidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 podem ser analisados como se segue:

	(milhares de Euros)					
	Ativo		Passivo		Líquido	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Instrumentos financeiros	1 075	639	(713)	(2 476)	362	(1 837)
Provisões / imparidades						
Imparidade em crédito concedido	6 147	6 093	-	-	6 147	6 093
Outros riscos e encargos	8	92	-	-	8	92
Imposto diferido ativo/(passivo) líquido	<u>7 230</u>	<u>6 824</u>	<u>(713)</u>	<u>(2 476)</u>	<u>6 517</u>	<u>4 348</u>

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

A taxa de imposto diferido é analisada como segue:

	Dez 2015	Dez 2014
	%	%
Taxa de IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa de derrama municipal	1,5%	1,5%
Taxa de derrama estadual	7,0%	7,0%
Total (b)	29,5%	29,5%

(a) - Aplicável aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais;

(b) - Aplicável aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias.

Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são reconhecidos quando existe uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza quanto à recuperação de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de ativos por impostos diferidos.

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 l) e de acordo com os requisitos definidos na IAS 12, os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos tendo por base a expectativa do Montepio Investimento da sua recuperabilidade. A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos foi efetuada tendo por base as linhas de orientação estratégicas 2016-2018 aprovadas pelo Conselho de Administração do Montepio Investimento.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Montepio Investimento não apresenta impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais por reconhecer.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de Euros)	
	Dez 2015	Dez 2014
Saldo inicial	4 348	6 541
Reconhecido em resultados	(30)	1 283
Reconhecido em reservas de justo valor	2 199	(3 476)
Saldo final (Ativo / (Passivo))	6 517	4 348

O imposto reconhecido em resultados e reservas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 teve as seguintes origens:

(milhares de Euros)				
	Dez 2015		Dez 2014	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	-	2 199	-	(3 476)
Provisões/imparidades	(30)	-	1 283	-
Imposto diferido	(30)	2 199	1 283	(3 476)
Impostos correntes	(940)	-	(2 978)	-
Total do imposto reconhecido	(970)	2 199	(1 695)	(3 476)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de Euros)				
	Dez 2015		Dez 2014	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		5 750		25 225
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto vigente	21,0	1 208	23,0	5 802
Derrama municipal e estadual	4,3	246	7,3	1 849
Contribuição extraordinária sobre o sector bancário	0,9	52	0,0	6
Constituição/reversão de provisões/imparidades tributadas	0,3	15	4,1	1 035
Tributações autónomas	0,8	48	0,0	3
Outros	1,6	91	(2,6)	(654)
Correções relativas a exercícios anteriores	(1,5)	(88)	-	-
Prejuízos fiscais utilizado	(10,5)	(602)	(18,3)	(4 623)
Efeito das diferenças de taxa de imposto e de imposto diferido não reconhecido anteriormente	-	-	(6,8)	(1 723)
Imposto do período	16,9	970	29,5	1 695

A Autoridade Tributária pode proceder à revisão do resultado fiscal do Montepio Investimento durante um período de quatro anos, exceto em caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como de qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o período é o do exercício desse direito.

24 Outros ativos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Outros devedores	1 398	1 079
Outros proveitos a receber	53	163
Despesas com custo diferido	15	15
Aplicações conta caução	2 285	2 309
IRC a Recuperar	1 815	1 813
	<u>5 566</u>	<u>5 379</u>
Imparidade para outros ativos	(1 054)	(1 054)
	<u>4 512</u>	<u>4 325</u>

25 Recursos de bancos centrais

A análise da rubrica Recursos de bancos centrais pelo período remanescente a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Até 3 meses	15 000	-
	<u>15 000</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2015, esta rubrica regista os recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais que se encontram colateralizados por títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 18.774 milhares de Euros, conforme nota 19.

A maturidade deste empréstimo é 6 de abril de 2016.

26 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)					
	2015			2014		
	Não remunerados	Remunerados	Total	Não remunerados	Remunerados	Total
Recursos de instituições de crédito no país	-	75 161	75 161	-	200 006	200 006
	-	75 161	75 161	-	200 006	200 006

A rubrica de recursos de instituições de crédito no país refere-se a empréstimos junto da Caixa Económica Montepio Geral.

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, pelo período remanescente das operações, é a seguinte:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Até 3 meses	35 036	200 006
3 meses até 6 meses	22 558	-
6 meses a 1 ano	17 567	-
	75 161	200 006

27 Responsabilidades representadas por títulos

A análise das Responsabilidades representadas por títulos, decompõe-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Papel comercial	-	7 208

O justo valor das responsabilidades representadas por títulos encontra-se apresentado na nota 33.

A duração residual da rubrica Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, é apresentada como segue:

	2015	2014
Até 6 meses	-	7 208

O movimento ocorrido durante o exercício de 2015 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	7 208	-	(7 000)	-	(208)	-
	<u>7 208</u>	<u>-</u>	<u>(7 000)</u>	<u>-</u>	<u>(208)</u>	<u>-</u>

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2014 nas Responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Emissões	Reembolsos	Compras (Líquidas)	Outros movimentos ^(a)	Saldo em 31 de Dezembro
Papel comercial	50 424	70 000	(113 000)	-	(216)	7 208
	<u>50 424</u>	<u>70 000</u>	<u>(113 000)</u>	<u>-</u>	<u>(216)</u>	<u>7 208</u>

^(a) Os outros movimentos incluem o juro corrido no balanço.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pelas seguintes emissões:

(milhares de euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor de balanço
PAPEL COMERCIAL 9ª EMISSÃO	Mai 2014	Mai.2015	Euribor 6 meses reportada ao antepenúltimo dia útil anterior ao do início da contagem de juros, acrescida de 4.0%	<u>7 208</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, o papel comercial vencia juros postecipados à taxa efetiva de 4,606%.

28 Provisões

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	2015	2014
Provisões para riscos gerais de crédito	546	682
Provisões para outros riscos e encargos	26	312
	<u>572</u>	<u>994</u>

Os movimentos das provisões para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	682	855
Dotação do exercício	6	-
Reversão do exercício	(142)	(173)
Saldo em 31 de dezembro	546	682

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de junho, n.º 2/99 de 15 de janeiro, e n.º 8/03 de 30 de janeiro de 2003 do Banco de Portugal, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b).

Os movimentos das provisões para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Saldo em 1 de janeiro	312	586
Reversão do exercício	(286)	(274)
Saldo em 31 de dezembro	26	312

29 Outros passivos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Credores		
Fornecedores	326	193
Outros credores	7 829	7 408
Sector Público administrativo	176	724
Férias e subsídio de férias a pagar	68	61
Outros custos a pagar	538	406
Receitas antecipadas	4	4
Contas diversas	343	985
	9 284	9 781

A 31 de dezembro de 2015, a rubrica Outros Credores inclui o valor de 7.115 milhares de Euros (2014: 6.917 milhares de Euros) de dívidas a liquidar à CEMG.

30 Capital

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital subscrito do Montepio Investimento ascende a 180.000 milhares de Euros e encontra-se integralmente realizado, sendo formado por 180.000.000 ações de valor nominal de 1 Euro.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o Montepio Holding detém 100% das ações representativas do capital social do Montepio Investimento.

31 Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa o Montepio Investimento deverá reforçar anualmente a Reserva Legal com pelo menos 10% dos lucros anuais até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva, ser distribuída.

32 Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é apresentada como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Reservas de reavaliação		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto	(1 228)	6 229
Imposto	362	(1 837)
Outros	1	1
	<u>(865)</u>	<u>4 393</u>
Outras reservas e resultados transitados		
Reserva legal	8 614	8 614
Outras reservas e resultados transitados	24 599	24 599
Resultados transitados	(28 728)	(52 258)
	<u>4 485</u>	<u>(19 045)</u>

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a nota 1 c).

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2015 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Nacionais	7 666	-	225	(7 666)	-	225
Estrangeiros	-	-	26	-	-	26
De outros emissores						
Nacionais	409	373	(8)	-	-	774
Estrangeiros	-	-	48	-	-	48
	<u>8 075</u>	<u>373</u>	<u>291</u>	<u>(7 666)</u>	<u>-</u>	<u>1 073</u>
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Nacionais	3	(47)	(3 552)	-	-	(3 596)
Unidades de participação						
Nacionais	(2 163)	(2 281)	-	-	4 599	155
Estrangeiras	314	826	-	-	-	1 140
	<u>(1 846)</u>	<u>(1 502)</u>	<u>(3 552)</u>	<u>-</u>	<u>4 599</u>	<u>(2 301)</u>
	<u>6 229</u>	<u>(1 129)</u>	<u>(3 261)</u>	<u>(7 666)</u>	<u>4 599</u>	<u>(1 228)</u>

A movimentação da reserva de justo valor em ativos financeiros disponíveis para venda durante o exercício de 2014 é apresentada como segue:

(milhares de Euros)

	Saldo em 1 de janeiro	Reavaliação	Aquisições	Alienações	Variação de imparidade no exercício	Saldo em 31 de dezembro
Títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos						
Nacionais	-	7 920	681	(935)	-	7 666
De outros emissores						
Nacionais	-	414	(5)	-	-	409
	<u>-</u>	<u>8 334</u>	<u>676</u>	<u>(935)</u>	<u>-</u>	<u>8 075</u>
Títulos de rendimento variável						
Ações						
Nacionais	-	21	(18)	-	-	3
Unidades de participação						
Nacionais	(5 598)	1 391	(314)	185	2 173	(2 163)
Estrangeiras	43	110	161	-	-	314
	<u>(5 555)</u>	<u>1 522</u>	<u>(171)</u>	<u>185</u>	<u>2 173</u>	<u>(1 846)</u>
	<u>(5 555)</u>	<u>9 856</u>	<u>505</u>	<u>(750)</u>	<u>2 173</u>	<u>6 229</u>

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	185 877	279 872
Imparidade acumulada reconhecida	(4 599)	-
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	181 278	279 872
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	180 050	286 101
Ganhos/ Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	(1 228)	6 229

33 Justo valor

O Montepio Investimento utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (ativos ou passivos), a qual reflete o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transações em mercados ativos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado ativo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para as quais o acesso existe;

- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados ativos, sejam dados diretos (preços, taxas, *spreads*, etc.) ou indiretos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro; e

- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados ativos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Montepio Investimento considera um mercado ativo para um dado instrumento financeiro quando, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade; e
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado ativo;
- Ou, se existe um Mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado ativo, com a exceção da condição de volumes de negociação; e
- Ou, o valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de clientes, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos comercializados é feita com base nas respetivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas incorporam quer a curva de taxas de juro de mercado, quer as atuais condições da política de *pricing* do Montepio Investimento.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjetividade, e reflete exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros. Não considera, no entanto, fatores de natureza prospetiva, como por exemplo a evolução futura de negócio. Nestas condições, os valores apresentados não podem ser entendidos como uma estimativa do valor económico do Montepio Investimento.

De seguida são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros:

Disponibilidades em outras Instituições de Crédito, Recursos de bancos centrais e Recursos de outras Instituições de Crédito

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado, com base em informação difundida pelos fornecedores de conteúdos financeiros – *Reuters* e *Bloomberg* – sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Créditos a clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas atuais do Montepio Investimento para cada uma das classes homogêneas deste tipo de instrumentos e com maturidade residual semelhante. A taxa de desconto incorpora as taxas de mercado para os prazos residuais (taxas do mercado monetário ou do mercado de *swaps* de taxa de juro, no final do período) e o *spread* praticado à data de reporte, calculado através da média da produção do quarto trimestre de 2015. A taxa média de desconto foi de 4,66% para o crédito em locação financeira (2014:

4,48%), assumindo a projeção das taxas variáveis segundo a evolução das taxas *forward* implícitas nas curvas de taxas de juro. Os cálculos efetuados incorporam o *spread* de risco de crédito.

Responsabilidades representadas por títulos

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estes instrumentos financeiros, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

A decomposição dos principais ajustamentos aos valores de balanço dos ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento contabilizados ao valor contabilístico e ao justo valor é analisada como segue:

(milhares de Euros)					
2015					
	Ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos Financeiros					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	10 460	-	10 460	10 460
Crédito a clientes	-	60 909	-	60 909	59 399
Ativos financeiros detidos para negociação	3 930	-	-	3 930	3 930
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	180 050	180 050	180 050
	3 930	71 369	180 050	255 349	253 839
Passivos financeiros					
Recursos de bancos centrais	-	15 000	-	15 000	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	75 161	-	75 161	75 161
	-	90 161	-	90 161	90 161
(milhares de Euros)					
2014					
	Ao justo valor através de resultados	Custo amortizado	Ao justo valor através de reservas	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos Financeiros					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	13 080	-	13 080	13 080
Crédito a clientes	-	76 961	-	76 961	74 279
Ativos financeiros detidos para negociação	2 757	-	-	2 757	2 757
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	286 101	286 101	286 101
	2 757	90 041	286 101	378 899	376 217
Passivos financeiros					
Recursos de outras instituições de crédito	-	200 006	-	200 006	200 006
Responsabilidades representadas por títulos	-	7 208	-	7 208	7 208
	-	207 214	-	207 214	207 214

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2015:

(milhares de Euros)

2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	10 460	-	-	10 460
Crédito a clientes	-	-	59 399	59 399
Ativos financeiros detidos para negociação	3 930	-	-	3 930
Ativos financeiros disponíveis para venda	35 491	33 475	111 084	180 050
	49 881	33 475	170 483	253 839
Passivos financeiros				
Recursos de bancos centrais	15 000	-	-	15 000
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	75 161	75 161
	15 000	-	75 161	90 161

O quadro seguinte resume, por níveis de valorização, para cada grupo de ativos e passivos financeiros do Montepio Investimento, os seus justos valores com referência a 31 de dezembro de 2014:

(milhares de Euros)

2014				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Justo valor
Ativos financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 080	-	-	13 080
Crédito a clientes	-	-	74 279	74 279
Ativos financeiros detidos para negociação	2 757	-	-	2 757
Ativos financeiros disponíveis para venda	162 149	24 999	98 953	286 101
	177 986	24 999	173 232	376 217
Passivos financeiros				
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	200 006	200 006
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	7 208	7 208
	-	-	207 214	207 214

34 Transações com partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas do Montepio Investimento as empresas detalhadas na nota 20, e os membros do Conselho de Administração da Sociedade. Para além dos membros do Conselho de Administração são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

De acordo com a legislação portuguesa, e nomeadamente no âmbito dos artigos 85º e 109º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), são ainda consideradas partes relacionadas, os membros do Conselho Fiscal e acionista único, que detém 100% dos direitos de voto, bem como as pessoas singulares relacionadas com estas categorias e entidades por eles controladas ou em cuja gestão exercem influência significativa.

Nesta base, o conjunto de partes relacionadas consideradas pelo Montepio Investimento, é apresentado como segue:

Conselho de Administração

José Carlos Sequeira Mateus
Pedro Nuno Coelho Pires
Luís Filipe dos Santos Costa

Conselho Fiscal

Norberto Cunha Junqueira Félix Pilar
António Monteiro de Magalhães
Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes
Pedro Miguel Dias Venâncio

Acionista

Montepio Holding, SGPS, S.A.

Outras Partes Relacionadas

Banco Montepio Geral - Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	Montepio - Capital de Risco, SCR, S.A.
Banco Terra, S.A.	Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Montepio Geral Associação Mutualista
Bolsimo - Gestão Activos S.A.	Montepio Gestão de Activos - S.G.F.I., S.A.
Carteira Imobiliária - Fundo Especial Invest. Imob. Aberto	Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE
Clínica CUF de Belém, S.A.	Montepio Holding, SGPS, S.A.
Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.	Montepio Imóveis - Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.
Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.	Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Finibanco Angola, S.A.	Montepio Seguros SGPS, S.A.
Finibanco Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Montepio Valor - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.
Finipredial Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	N Seguros, S.A.
Fundação Montepio Geral	Naviser - Transportes Marítimos Internacionais, S.A.
Fundo Capital de Risco Montepio Crescimento	Nebra Energias Renovables, S.L.
Fundo de Pensões Montepio Geral	Novacambios - Instituição de Pagamento, S.A.
Futuro - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões S.A.	Pelican Mortgages I P Limited Company
Germont - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Pelican Mortgages II P Limited Company
HTA - Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Pinto & Bulhosa, S.A.
Iberpartners Cafés, SGPS, S.A.	Polaris - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Leacock Prestação de Serviços Limitada	Portugal Estates Fund - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Lestinvest, SGPS, S.A.	Residências Montepio - Serviços de Saúde, S.A.
Lusitania Companhia Seguros, S.A.	SAGIES - Segurança E Higiene No Trabalho, S.A.
Lusitania Vida Companhia Seguros, S.A.	SILVIP - Soc. Gestora Fundos Investimento Imobiliários, S.A.
Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.	Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Montepio Arrendamento - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	
Montepio Arrendamento II - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	
Montepio Arrendamento III - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado para Arrendamento Habitacional	

À data de 31 de dezembro de 2015, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2015					
	Disponibilidades em IC's	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	10 460	3 930	16 756	259	75 161	7 610
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	53	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	-	-	20
Montepio Crédito	-	-	-	-	-	2
Montepio Recuperação de Crédito ACE	-	-	-	-	-	5
Montepio Holding S.G.P.S. S.A.	-	-	-	-	-	361
	<u>10 460</u>	<u>3 930</u>	<u>16 756</u>	<u>312</u>	<u>75 161</u>	<u>7 998</u>

À data de 31 de dezembro de 2014, os débitos e créditos detidos pelo Montepio Investimento sobre partes relacionadas, representadas ou não por títulos, incluídos nas rubricas Disponibilidades em IC's, Ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, Outros ativos, Recursos de outras IC's e Outros passivos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2014					
	Disponibilidades em IC's	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros ativos	Recursos de outras IC's	Outros passivos
Caixa Económica Montepio Geral	13 080	2 757	179	-	200 006	7 077
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	50	-	-
Montepio Gestão de Activos Imobiliários ACE	-	-	-	-	-	33
Montepio Recuperação de Crédito ACE	-	-	-	-	-	16
	<u>13 080</u>	<u>2 757</u>	<u>179</u>	<u>50</u>	<u>200 006</u>	<u>7 126</u>

À data de 31 de dezembro de 2015, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Rendimentos com serviços e comissões, Outros resultados de exploração e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2015					
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	Rendimentos com serviços e comissões	Outros resultados de exploração
Caixa Económica Montepio Geral	(344)	3	(1)	(1 356)	-	-
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	-	206	-
Montepio Crédito	-	-	-	-	-	(10)
Montepio, SCR	-	-	-	-	-	2
	<u>(344)</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>(1 356)</u>	<u>206</u>	<u>2</u>
						<u>(1 177)</u>

À data de 31 de dezembro de 2014, os proveitos e custos do Montepio Investimento sobre partes relacionadas, incluídos nas rubricas Juros e encargos similares, Juros e rendimentos similares e Encargos com serviços e comissões, Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, Rendimentos com serviços e comissões e Gastos gerais administrativos são analisados como segue:

(milhares de Euros)

Empresas	2014					
	Juros e encargos similares	Juros e rendimentos similares	Encargos com serviços e comissões	Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	Rendimentos com serviços e comissões	Gastos gerais administrativos
Caixa Económica Montepio Geral	(1 758)	22	(2)	-	-	(892)
Carteira imobiliária - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Aberto	-	-	-	-	200	-
	<u>(1 758)</u>	<u>22</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>200</u>	<u>(892)</u>

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão bem como as transações efetuadas com os mesmos, constam na nota 9.

35 Gestão de riscos

Atendendo à estrutura do Montepio Investimento, S.A. e à sua inserção no grupo CEMG, a gestão de riscos é efetuada, nos termos legalmente admitidos, pela Caixa Económica Montepio Geral.

O Montepio Investimento está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua atividade.

A política de gestão de risco do Montepio Investimento visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a atividade do Montepio Investimento.

A Direção de Risco (“DRI”) da CEMG assegura a análise e controlo dos riscos de um modo integrado, através de quatro departamentos / áreas:

- Departamento de Modelização de Riscos: responsável pelo desenvolvimento e integração nos processos de decisão dos modelos internos de análise de risco de crédito, assim como pelo apuramento do nível de imparidade da carteira de crédito;
- Departamento de Riscos Globais: assegura a análise e reporte prudencial e interno dos riscos de mercado, taxa de juro, cambial e de liquidez, assim como a respetiva integração nos processos de decisão da sala de mercados;
- Departamento de Riscos de Negócio: responsável pela função de gestão dos riscos de crédito e operacional;
- Núcleo de Rating de Empresas: responsável pela integração das demonstrações financeiras nas aplicações informáticas da Instituição, pela classificação de risco dos clientes dos segmentos de empresas e negócios e por desenvolver e aplicar metodologias de atribuição de limites de exposição a empresas.

A DRI assegura a análise e gestão dos riscos de Mercado, de Liquidez, de Taxa de Juro, de Crédito e Operacional, prestando aconselhamento ao Conselho de Administração, designadamente através da proposta de normativos e de modelos de gestão dos diferentes riscos, da elaboração de reportes de gestão que servem de base à tomada de decisão e da realização do Comité de Risco e do Comité de Controlo Interno.

A DRI assegura igualmente o cumprimento de um conjunto de reportes prudenciais à autoridade de supervisão, designadamente nos domínios dos requisitos de fundos próprios, controlo de grandes riscos e financiamentos a partes relacionadas, risco de liquidez, risco de taxa de juro, risco-país, risco de contraparte, autoavaliação da adequação de Fundos Próprios, Disciplina de Mercado, Plano de Recuperação e Plano de Resolução.

Ainda no âmbito da gestão de riscos, a DRI:

- Define e propõe a adoção de normativos e outros instrumentos de apoio à decisão de crédito, nomeadamente propondo o ajustamento das Normas de Concessão de Crédito, em função da evolução da atividade, das condições de mercado e da prática da concorrência;

- Concebe, desenvolve e monitoriza o desempenho de modelos de *scoring* e *rating* internos, na originação de crédito, bem como de sistemas de acompanhamento de risco de crédito;
- Propõe princípios orientadores e medidas de intervenção por carteira de crédito, segmento de cliente, sector de atividade e linha de crédito, bem como ajustamento do preço das operações de crédito ao risco, em obediência às linhas de orientação estratégica definidas;
- Emite pareceres sobre normas de procedimentos, novos produtos de crédito, linhas de financiamento e sobre a revisão dos existentes;
- Integra os sistemas internos de avaliação do risco operacional adaptados às exigências de Supervisão;
- Fornece informação para apoio à decisão quanto à definição e implementação de estratégias de gestão dos riscos e definição do regulamento da Sala, atendendo às decisões tomadas no âmbito do Órgão de Gestão de Ativos e Passivos e às perspetivas de evolução dos mercados de ativos relevantes para a atividade das entidades do Grupo e prestar apoio técnico, quando solicitado;
- Disponibiliza informação sobre a análise de risco do Montepio Investimento, bem como sobre a evolução dos mercados de ativos onde se concentram os seus principais riscos, para apresentação a agências de *Rating*, a investidores institucionais, auditores externos, autoridades de supervisão e inclusão nos Relatórios e Contas; e
- Produz análises estatísticas sobre o risco de crédito de carteiras a integrar em operações de titularização, incidindo nomeadamente sobre frequências relativas de incumprimento e severidade de perda.

Adicionalmente, no âmbito da gestão do risco de crédito, a Direção de Análise de Crédito (“DAC”) da CEMG assegura a apreciação das propostas de crédito de empresas e particulares.

No plano regulamentar, foram desenvolvidos, em base consolidada, os reportes previstos nos Pilar II - Adequação de Capital, e Pilar III - Disciplina de Mercado. Ao abrigo do Pilar II foram reportados ao Banco de Portugal os relatórios do Processo de Autoavaliação do Capital Interno (“ICAAP”) e de Risco de Concentração, conforme Instrução n.º 5/2011 de 15 de março do Banco de Portugal. Os resultados dos relatórios apontam adequação dos níveis de capital, face aos riscos com maior materialidade e à potencial evolução adversa dos principais indicadores macroeconómicos. Ao nível do Risco de Concentração verifica-se uma evolução adequada nos principais tipos de concentração - Sectorial, Individual e Geográfica, com destaque para a redução progressiva no sector da construção. No âmbito do Pilar III, foi divulgado publicamente o relatório de Disciplina de Mercado, detalhando os tipos e níveis de risco incorridos na atividade, bem como os processos, estrutura e organização da gestão de risco.

O Grupo CEMG acompanha e implementa as recomendações do Comité de Basileia ao nível da nova legislação prudencial, usualmente designada por Basileia III, tendo por referência a implementação do Regulamento n.º 575/2013 do Parlamento Europeu, nomeadamente no que se refere a níveis de liquidez, avaliação dos fundos próprios e apuramento dos requisitos de capital. O grupo CEMG mantém a sua participação regular nos Estudos de Impacto Quantitativo (QIS) de Basileia III desenvolvidos pelo Banco de Portugal de acordo com as orientações da European Bank Association (EBA). Estas participações têm permitido ao grupo CEMG antecipar os impactos da adoção das novas normas regulamentares ao nível da liquidez, taxa de juro e capital prudencial..

Principais Tipos de Risco

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respetivas volatilidades.

Liquidez – O risco de liquidez reflete a incapacidade do Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respetivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus ativos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Imobiliário - O risco imobiliário resulta de possíveis impactos negativos nos resultados ou nível de capital do Grupo, devido a oscilações no preço de mercado dos bens imobiliários.

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Organização Interna

O Conselho de Administração Executivo da CEMG, no exercício das suas funções, é responsável pela estratégia e pelas políticas a adotar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pela DRI, que analisa e assegura a gestão dos riscos, numa ótica de grupo, incluindo a coordenação do Comité de Riscos e Controlo Interno e o reporte ao nível do Comité de Ativos e Passivos (“ALCO”) e do Comité de Informática, ao nível do Grupo CEMG.

A Direção de Auditoria e Inspeção, como órgão de apoio ao Conselho de Administração Executivo, tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco de Portugal, de verificar o cumprimento e observância da legislação em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas, e identificar as áreas de maior risco, apresentando ao Conselho de Administração Executivo as suas conclusões.

Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou ações, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

A Sala de Mercados colabora com a DRI, de forma a efetuar-se a medição e o controlo do risco das operações e das carteiras, bem como o adequado acompanhamento das posições dos riscos globais do Grupo CEMG.

No que diz respeito ao risco de *compliance*, é da competência do *Head of Compliance*, na dependência do Conselho de Administração Executivo assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transações/atividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura.

Neste âmbito, também a Direção de Auditoria e Inspeção avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de riscos

Risco de Crédito - Retalho

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de *scoring* para as carteiras de clientes Particulares e Negócios e de *rating* para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes. Existem modelos de *scoring* reactivo para as principais carteiras de crédito a particulares, designadamente crédito à habitação e crédito individual, contemplando a necessária segmentação entre clientes e não clientes (ou clientes recentes). No domínio do crédito a empresas, são utilizados modelos de *rating* interno para empresas de média e grande dimensão, diferenciando o sector da construção dos restantes sectores de atividade, enquanto para clientes Empresários em nome individual (“ENI’s”) e Microempresas é aplicado o modelo de *scoring* de Negócios.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Montepio Investimento ao risco de crédito:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Disponibilidades em outras instituições de crédito	10 460	13 080
Crédito a clientes	60 909	79 961
Ativos financeiros disponíveis para venda	52 210	186 969
Outros ativos	3 736	3 551
	<u>127 315</u>	<u>283 561</u>

A repartição por sectores de atividade, para o exercício findo em 2015, encontra-se apresentada como segue:

Montepio Investimento, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2015

(milhares de Euros)

Setor de atividade	2015			
	Crédito a clientes		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade ⁽¹⁾	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	669	41	-	-
Indústrias extrativas	1 776	1 776	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	1 451	382	-	-
Têxteis e vestuário	1 602	617	-	-
Curtes e calçado	207	72	-	-
Madeira e cortiça	502	53	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 385	1 651	-	-
Produtos químicos e de borracha	1 239	334	-	-
Produtos minerais não metálicos	607	457	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	3 889	1 615	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	607	55	-	-
Fabricação de material de transporte	336	118	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 202	216	-	-
Eleticidade, gás e água	5	5	-	-
Construção e obras públicas	5 593	2 448	-	-
Comércio por grosso e a retalho	14 243	4 345	-	-
Turismo	2 923	410	-	-
Transportes	861	635	-	-
Atividades de informação e comunicação	315	183	-	-
Atividades financeiras	82	15	4 492	-
Atividades imobiliárias	13 667	1 799	-	-
Serviços prestados às empresas	2 763	565	-	-
Administração e serviços públicos	1 266	12	12 058	-
Outras atividades de serviços colectivos	10 640	433	-	-
Crédito à habitação	10 863	2 291	-	-
Outros	509	311	35 660	-
Total	81 202	20 839	52 210	-

⁽¹⁾ inclui a provisão para imparidade no montante milhares de Euros 20 293 (ver nota 17) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante milhares de Euros 546 (ver nota 28)

A repartição por setores de atividade, para o exercício findo em 2014, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Euros)

Setor de atividade	2014			
	Crédito a clientes		Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto	Imparidade ⁽¹⁾	Valor bruto	Imparidade
Agricultura, silvicultura e pesca	1 440	225	-	-
Indústrias extrativas	1 777	242	-	-
Indústrias alimentares, das bebidas e tabaco	1 804	282	-	-
Têxteis e vestuário	1 942	629	-	-
Curtumes e calçado	222	70	-	-
Madeira e cortiça	619	55	-	-
Papel e indústrias gráficas	2 500	590	-	-
Produtos químicos e de borracha	1 703	464	-	-
Produtos minerais não metálicos	610	464	-	-
Indústrias metalúrgicas de base e produtos metálicos	4 848	1 807	-	-
Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos elétricos	608	39	-	-
Fabricação de material de transporte	401	119	-	-
Outras indústrias transformadoras	2 614	420	-	-
Eleticidade, gás e água	4	5	-	-
Construção e obras públicas	7 315	2 789	-	-
Comércio por grosso e a retalho	17 213	4 334	-	-
Turismo	3 743	890	-	-
Transportes	968	671	-	-
Atividades de informação e comunicação	315	145	-	-
Atividades financeiras	97	14	-	-
Atividades imobiliárias	15 546	2 373	-	-
Serviços prestados às empresas	4 037	1 023	-	-
Administração e serviços públicos	1 503	16	161 970	-
Outras atividades de serviços colectivos	11 034	435	-	-
Crédito à habitação	13 522	2 205	-	-
Outros	551	351	24 999	-
Total	96 936	20 657	186 969	-

⁽¹⁾ inclui a provisão para imparidade no montante milhares de Euros 19 975 (ver nota 17) e a provisão para riscos gerais de crédito no montante milhares de Euros 682 (ver nota 28)

Riscos de mercado

A gestão eficaz do balanço envolve também o Comité de Ativos e Passivos (“ALCO”), comité onde se procede à análise dos riscos de taxa de juro, liquidez e cambial, designadamente no tocante à observância dos limites definidos para os *gaps* estáticos e dinâmicos calculados.

Tipicamente, são observados *gaps* estáticos positivos de taxa de juro e *mismatches* dinâmicos de liquidez positivos. Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de ativos no mercado monetário respetivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os *gaps* cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos, bem como da atividade internacional da CEMG nomeadamente em Angola e Moçambique.

No que respeita a informação e análise de risco, é assegurado o reporte regular sobre os riscos de crédito e de mercado das carteiras de ativos financeiros próprias e de outras entidades do Grupo. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco sendo igualmente utilizada a metodologia de *Value-at-Risk* (“VaR”). Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição incluindo limites globais de VaR, por Emitente, por tipo/classe de ativo e *rating*.

A CEMG calcula de forma regular o VaR quer para a sua carteira de negociação, quer para a carteira de disponíveis para venda, sendo o mesmo considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um nível de significância de 99%, pelo método da simulação histórica.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução n.º 19/2005 de 15 de junho, do Banco de Portugal, o Grupo CEMG calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (“BIS”) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

Risco Imobiliário

O risco imobiliário resulta da exposição em imóveis (quer provenientes de processos de recuperação de crédito, quer propriedades de investimento), bem como de unidades de fundos imobiliários detidos na carteira de títulos. Estas exposições são acompanhadas regularmente e são realizados análises de cenários que procuram estimar potenciais impactos de alterações no mercado imobiliário nas carteiras de fundos de investimento imobiliário, imóveis de investimento e de imóveis dados em dação.

A exposição do Montepio Investimento a imóveis e unidades de participação de fundos imobiliários em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014 apresentava os seguintes valores:

	Dez 2015	Dez 2014
Imóveis recebidos em dação de crédito	19 712	19 164
Unidades de Participação de Fundos Imobiliários	34 530	39 229
	54 241	58 394
<i>Stress test</i>	(5 424)	(5 839)

O *stress test* realizado corresponde a estimar o impacto de uma variação negativa de 10% nos valores dos imóveis e fundos imobiliários. Os valores apresentados correspondem ao potencial impacto (antes de impostos) nos capitais próprios.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado atentamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento em sede de comité ALCO.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (Instrução n.º 13/2009 de 15 de setembro).

Risco Operacional

Encontra-se implementado um sistema de gestão de risco operacional que se baseia na identificação, avaliação, acompanhamento, medição, mitigação e reporte deste tipo de risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada na DRI exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Montepio Investimento está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva 2013/36 e o Regulamento 575/2013 do Parlamento Europeu sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas instituições sob a sua

supervisão. Estas regras determinam rácios mínimos de fundos próprios principais de nível 1, fundos próprios de nível 1 e de fundos próprios totais em relação aos ativos ponderados pelo risco, os quais deverão ser cumpridos pelas instituições.

Os fundos próprios do Montepio Investimento são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a diretiva 2013/36/EU e o regulamento (EU) n.º 575/2013 aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho (CRD IV/CRR), e o Aviso do Banco de Portugal n.º 6/2013. Os fundos próprios incluem os fundos próprios de nível 1 (*tier 1*) e fundos próprios de nível 2 (*tier 2*). O *tier 1* compreende os fundos próprios principais de nível 1 (*common equity tier 1* – CET1) e os fundos próprios adicionais de nível 1 com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios Principais de Nível 1 ou *Common Equity Tier 1* (CET1):** Esta categoria inclui o capital realizado (com dedução de títulos próprios), as reservas elegíveis (incluindo as reservas de justo valor), os resultados transitados, os resultados retidos do período quando positivos e certificados ou pela totalidade se negativos. É deduzido o valor de balanço dos montantes relativos a outros ativos intangíveis. São igualmente deduzidos os ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais. No que respeita a participações financeiras em entidades do sector financeiro e aos ativos por impostos diferidos por diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura do Banco, são deduzidos os valores destas rubricas que individualmente sejam superiores a 10% do CET1, ou posteriormente a 17,65% do CET1 quando consideradas em agregado (apenas na parte não deduzida na primeira barreira de 10% e considerando apenas as participações significativas). Os valores não deduzidos estarão sujeitos a ponderação de 250% para o total dos ativos ponderados pelo risco. Entre a implementação desta nova regulamentação prudencial em 2014 e 2018 irá vigorar um período transitório que permitirá o reconhecimento gradual dos maiores impactos desta nova regulamentação. Destaque para o plano transitório aplicado aos ativos por impostos diferidos que permite ir reconhecendo 20% cumulativamente em cada ano os eventuais efeitos negativos das novas normas. Também as reservas de justo valor estão sujeitas a plano transitório de 20% ao ano, cumulativamente, estando contudo excluídas deste plano as reservas de justo valor relativas a posições em risco sobre Administrações Centrais. Esta exclusão deixará de vigorar após a adoção pela Comissão Europeia de um regulamento com base no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 que aprove a Norma Internacional de Relato Financeiro que venha a substituir a norma IAS 39.

Os Fundos Próprios Totais ou Capital Total são constituídos pela soma dos três níveis de capital referidos anteriormente.

No que respeita ao apuramento dos ativos ponderados pelo risco, além dos requisitos de risco de crédito, operacional e de mercado, destaque para a ponderação a 250% dos ativos por impostos diferidos de diferenças temporárias que dependem da rentabilidade futura e de participações financeiras que estejam dentro do limite estabelecido para não dedução a CET1.

Tal como referido anteriormente, até 2018 os efeitos da nova regulamentação de Basileia III irão sendo gradualmente introduzidos. Este processo usualmente designa-se por *Phasing-in*. A assunção total da nova regulamentação, sem considerar planos transitórios é designada por *Full Implementation*. Atualmente encontra-se em vigor o processo *Phasing-in*, sendo nesta base que é verificado se determinada entidade dispõe de fundos próprios num montante não inferior ao dos respetivos requisitos de fundos próprios, certificando assim a adequação do seu capital. Esta relação é refletida nos diferentes rácios de capital, nomeadamente o rácio CET1, rácio T1 e rácio de capital total (antes designado por rácio de solvabilidade, representado pelo correspondente nível de capital em percentagem do montante correspondente a 12,5 vezes dos requisitos de fundos próprios). Para estes rácios são indicados mínimos regulamentares pelo Banco de Portugal, tendo sido determinados para 2015 os rácios mínimos de 7% para o CET1 e de 8% para o Capital total.

Um sumário dos cálculos de requisitos de capital do Montepio Investimento para 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresenta-se como segue:

	(milhares de Euros)	
	2015	2014
Capital Common Equity Tier 1		
Capital realizado	180 000	180 000
Resultados, Reservas e Resultados não distribuídos	3 908	(21 314)
Outros ajustamentos regulamentares	(1 967)	(1 892)
	<u>181 940</u>	<u>156 794</u>
Capital Tier 1		
Outros instrumentos de capital	-	-
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>181 940</u>	<u>156 794</u>
Capital Tier 2		
Ajustamentos regulamentares	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Fundos próprios totais	<u>181 940</u>	<u>156 794</u>
Requisitos de Fundos Próprios		
Risco de crédito	23 676	20 477
Riscos de mercado	629	470
Risco operacional	1 101	1 261
Outros requisitos	1 408	907
	<u>26 814</u>	<u>23 115</u>
Rácios Prudenciais		
Rácio <i>Common Equity Tier 1</i>	54,3%	54,3%
Rácio <i>Tier 1</i>	54,3%	54,3%
Rácio de Capital Total	54,3%	54,3%

36 Normas contabilísticas recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Montepio Investimento aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de junho.

Esta nova interpretação define taxas (*levy*) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação apenas teve impacto nas demonstrações financeiras intercalares do Montepio Investimento.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de janeiro de 2015).

• IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

• IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

• IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

• IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

O Montepio Investimento não registou quaisquer impactos relevantes na aplicação destas melhorias nas suas demonstrações financeiras.

O Montepio Investimento decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais

contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de fevereiro de 2015).

• IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

• IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

• IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

• IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial.

De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- *IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada*

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- *IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão*

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de dezembro de 2015.

- *IFRS 5 – Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição*

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados*

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- *IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas*

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em dezembro de 2011 pelas alterações à IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- *IAS 19 – Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional*

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade

deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

• *IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar"*

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A da IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

• *IAS 27 – Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas*

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de dezembro de 2015.

O Montepio Investimento ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para o Montepio Investimento

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será

reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

O Montepio Investimento iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades do Montepio Investimento, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras do Montepio Investimento.

IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante.

O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

O Montepio Investimento encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

IFRS 14 – Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável ao Montepio Investimento.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras. Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

O Montepio Investimento ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de dezembro);

- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação (emitida em 18 de dezembro);
- Alterações à IAS 1: Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de dezembro).

O Montepio Investimento não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Alteração às políticas contabilísticas a introduzir em 1 de janeiro de 2016

Impacto da IAS 39 - Instrumentos financeiros

O Banco de Portugal em 30 de dezembro de 2015 emitiu o Aviso n.º 5/2015 que estabelece que as entidades sujeitas à sua supervisão devem elaborar as demonstrações financeiras em base individual de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, revogando assim o Aviso n.º 1/2005, que estabelecia que as demonstrações financeiras individuais do Montepio Investimento deviam ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA's).

O novo Aviso entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2016. Os impactos decorrentes desta alteração nas demonstrações financeiras de abertura do exercício de 2016, resultam fundamentalmente da revogação do Aviso n.º 3/95 referente ao registo da imparidade sobre a carteira de crédito e são os seguintes:

	(milhares de Euros)
	2015
Ativo	
Crédito a clientes	8 659
Ativos por impostos diferidos	(2 715)
	<u>5 944</u>
Passivo	
Provisões	(546)
Capital Próprio	
Reservas e resultados transitados	6 490
Total de Passivo e Capital Próprio	<u>5 944</u>

37 Eventos subsequentes

Após a data de balanço e antes das Demonstrações Financeiras terem sido autorizadas para emissão, não se verificaram transações e/ou acontecimentos relevantes que mereçam relevância de divulgação.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Investimento, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 288.417 milhares de euros e um total de capital próprio de 188.400 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 4.780 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Investimento, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 18 de Maio de 2016

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Hugo Jorge Gonçalves Cláudio (ROC n.º 1597)

Excelentíssimos Senhores Acionistas do
Montepio Investimento, S.A.:

1 - INTRODUÇÃO

- 1.1 Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e do mandato que nos foi conferido, compete-nos elaborar e submeter à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração e ainda emitir a nossa apreciação sobre o desempenho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

2. - RELATÓRIO

- 2.1 O Conselho Fiscal reuniu com regularidade, pelo menos mensalmente, e acompanhou a evolução da Instituição, nomeadamente através dos contactos com membros do Conselho de Administração da Sociedade e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem recebeu todas as informações que se tornaram necessárias.
- 2.2 Periodicamente foram-nos disponibilizados Mapas Financeiros, através dos quais foi possível tomar conhecimento das variações patrimoniais ocorridas.
- 2.3 No desempenho do seu cargo, o Conselho Fiscal procedeu, também, às verificações que por lei lhe estão cometidas, não lhe tendo sido criados quaisquer constrangimentos, o que realça com satisfação.
- 2.4 De igual modo, este órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sobre a qual e no que ao relacionamento consigo próprio diz respeito, renova os comentários expressos no parecer do ano de 2014, no qual se pronunciou pela necessidade de aperfeiçoamento de determinados procedimentos de comunicação e facilitação de informação a este órgão, os quais ainda carecem de uma especial atenção por parte daquela.




- 2.5 O Conselho Fiscal elaborou, ainda, o parecer previsto no Aviso nº 5 de 2008 do Banco de Portugal, acerca do Sistema de Controlo Interno, em articulação com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com o Conselho de Administração e com os diversos serviços do Banco.
- 2.6 O Conselho Fiscal analisou os documentos de prestação de contas e a certificação legal das contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem reservas e sem ênfases, tendo também apreciado a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório do Conselho de Administração.

3 - PARECER

- 3.1 Face ao que precede, o Conselho Fiscal é de opinião que os citados documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração e a correspondente proposta de aplicação de resultados merecem ser aprovados.
- 3.2 Que devem proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tirem as conclusões referidas no nº 2 do artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Porto, 20 de Maio de 2016

O Conselho Fiscal


Presidente Norberto da Cunha Junqueira Fernandes Félix Pilar


Vogal efectivo António Monteiro de Magalhães


Vogal efectivo Joaquim Henrique de Almeida Pina Lopes

Anexos

Participações dos Membros dos Órgãos de Administração

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, informa-se que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham quaisquer ações ou obrigações do Montepio Investimento, S.A. em 31 de dezembro de 2015, nem efetuaram qualquer movimento durante o período em causa.

Lista de Titulares de Participações Qualificadas

Nos termos do Regulamento n.º 5/2008 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2015, a totalidade do capital social do Montepio Investimento, S.A. era detido pelo Montepio Holding SGPS, S.A., o qual era detido a 100% pela Caixa Económica Montepio Geral.

Ações Próprias Detidas em 31 de dezembro de 2015

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2015, o Montepio Investimento, S.A. não detinha ações próprias nem fez qualquer movimento durante o período em análise.